

OAB-PE intensifica esforços, dentro e fora do estado, para assegurar que valores sejam pagos corretamente à advocacia

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Avança luta por remuneração mais justa

INTERIORIZAÇÃO

Descentralização de ações leva serviços e qualificação a todas as regiões do estado

Yacy Ribeiro



HOMENAGEM

Decanos da advocacia pernambucana recebem, em honraria, Medalha do Mérito Joaquim Amazonas

ENTREVISTA

Advogada Cristiane Damasceno quer mais mulheres participando da política da Ordem



**Banco de
Talentos**
OAB Pernambuco

**Procurando uma vaga de emprego?
Procurando preencher uma vaga no
seu escritório de advocacia?**

A OAB-PE te ajuda!



Conheça o **Banco de Talentos**, plataforma desenvolvida pela própria instituição, que constrói uma ponte entre as advogadas e os advogados autônomos e os escritórios. Com o Banco de Talentos, a OAB Pernambuco reafirma o seu compromisso com toda a advocacia, com a **empregabilidade** de cada advogada e advogado.

De um lado, há um cadastro com os profissionais que almejam uma posição no mercado; do outro, uma relação de vagas ofertadas por escritórios que buscam novos profissionais para os seus quadros. Todos que queiram participar, sejam os profissionais, sejam os escritórios, o farão de forma **absolutamente gratuita**.

NÃO PERCA TEMPO!

Para cadastrar **vagas** ou concorrer a uma **oportunidade**, entre no nosso site **www.oab.org.br** e acesse o nosso **Banco de Talentos**



Um espaço que veio para ficar



Fernando Ribeiro Lins
Presidente da OAB-PE

Este é apenas o segundo número da *Advogar*, mas a repercussão entre os profissionais da advocacia, não apenas de Pernambuco, mas de todo o Brasil, nos dá a certeza de que se trata de uma publicação que veio para ficar. Sim, somos a revista da OAB Pernambuco, mas vamos muito além de um espaço apenas institucional. Aqui, passamos todas as informações sobre programas e ações desenvolvidos pela gestão, o que é um direito de todo associado à Ordem, mas também abrimos o debate sobre temas importantes para toda a classe e, consequentemente, para toda a sociedade.

É o que fazemos ao tratar de assuntos que fazem parte dessa segunda edição e que são de fundamental importância para o dia a dia de qualquer profissional da advocacia. A OAB-PE tem sido incansável nos esforços de defender as prerrogativas da nossa profissão, seguindo uma diretriz lançada pela Ordem Nacional, através do presidente Beto Simonetti. Uma das nossas matérias traz justamente as mudanças capitaneadas pela OAB Nacional no Estatuto do Advogado e as ações realizadas pela Seccional Pernambuco para proteger os advogados

que tiveram suas prerrogativas atacadas.

A matéria de capa deste número 2 da *Advogar* debate uma prerrogativa fundamental para toda a advocacia: os honorários. Trata-se da fonte sagrada de todos os advogados, sejam eles autônomos ou aqueles que se reúnem em sociedades, e que permite que eles tenham condições de manter uma estrutura, atender clientes, contratar funcionários e, em última instância, sobreviverem como profissionais da área. Neste ano foram alcançadas algumas conquistas em nível nacional, como a fixação justa dos honorários sucumbenciais, mais uma vitória que contou com a liderança do Sistema OAB, desta vez no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Mas a *Advogar* traz muito mais conteúdo de interesse para toda a advocacia pernambucana. Programas como o *Banco de Talentos*, eventos como a entrega da Medalha Joaquim Amazonas e o *Workshop de Boas Práticas*, e muito trabalho, como o desenvolvido pelas comissões da nossa instituição. CAAPE e ESA-PE se fazem presentes com as ações desenvolvidas por todo o estado e que reforçam a assistência e a qualificação dos advogados e advogadas pernambucanos.

Boa leitura a todos e a todas!

índice

6

ENTREVISTA

Advogada e professora Cristiane Damasceno fala sobre os projetos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Advogada Mulher, a qual preside desde o início da gestão de Beto Simonetti

22

INTERIORIZAÇÃO

Secretário-geral Ivo Amaral relata as ações que a OAB-PE tem colocado em prática para levar mais infraestrutura às subseccionais e fortalecer a advocacia do interior do estado

25

COMISSÕES

Um balanço sobre as atividades realizadas nos primeiros meses de trabalho pelas novas composições das comissões permanentes e especiais da OAB-PE

34

CAPA

As gestões da OAB Nacional e da OAB Pernambuco não têm medido esforços para orientar e defender a advocacia para garantir honorários justos. Saiba mais sobre o assunto

46

PRERROGATIVAS

Alterações no Estatuto da Advocacia e criação do Dia Estadual de Defesa das Prerrogativas são algumas das ações realizadas pela OAB Nacional e OAB-PE para garantir o livre exercício da profissão

51

EDUCAÇÃO

Seis universidades pernambucanas recebem o *Selo OAB Recomenda* de qualidade do ensino do Direito

60

SAÚDE MENTAL

Iniciativa da CAAPE oferece suporte psicológico para profissionais da advocacia que tiveram suas prerrogativas violadas e, por consequência, problemas relacionados à saúde mental

70

ESA NA ESTRADA

Programa lançado em janeiro intensifica qualificação profissional e já realizou 65 eventos, entre cursos, congressos, seminários e pós-graduação para profissionais da advocacia

// entrevista

Cris Damasceno tem percorrido o Brasil, apresentando as propostas do Conselho Federal, em especial da CNMA, fomentando uma maior participação feminina no dia a dia da Ordem



Fotos: Raul Spinassé/CFOAB

Cristiane Damasceno > Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada (CNMA)

*“É preciso gestar mais
mulheres para a
política da Ordem”*

Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada fala sobre os eixos tocados pela atual gestão, elogia a maior presença das mulheres nos cargos diretivos do Sistema OAB, mas defende a formação de novas lideranças femininas para uma maior ocupação dos espaços de poder

A advogada Cristiane Damasceno é uma daquelas pessoas que parecem ter o poder de se multiplicar. Dona de escritório, professora universitária, ex-vice-presidente da OAB-DF e “atualmente” presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada (CNMA), ela tem feito de tudo para estar em diversos locais do Brasil em uma mesma semana. Leva a palavra da inclusão às seções e subseções de todo o país, palestrando em eventos, participando de reuniões e, sobretudo, mostrando às 654 mil advogadas brasileiras que é possível, sim, ser uma ativista na luta pela ocupação de espaços pelas mulheres dentro da advocacia brasileira.

Aos 42 anos, transmite essa energia para as colegas de profissão, mas adota um discurso pé no chão. Sabe, por exemplo, que as regulamentações mais recentes que garantem a paridade entre homens e mulheres nos postos diretivos da Ordem são um avanço importante, mas apenas parte do processo. Diz que é preciso que as mulheres se organizem para gestar representantes dispostas a enfrentar aquilo que, para os homens, é algo natural, a fim de brigar em pé de igualdade em qualquer pleito.

Cristiane conversou com a *Advogar* sobre os projetos que estão em andamento na CNMA para ampliar e proteger os direitos das mulheres advogadas.

Quais são as diretrizes do trabalho realizado pela CNMA na gestão do presidente Beto Simonetti?

Nós estipulamos para esse triênio do presidente Beto três metas e três eixos para trabalhar em prol da mulher advogada. O primeiro deles é o projeto *Advocacia Sem Assédio*, que era uma demanda que as mulheres pediam demais. E é uma demanda que a gente tem percebido que tem vindo à tona no país inteiro com os nossos projetos. Hoje temos um sistema unido em torno dessa pauta, inclusive em lugares que eu julgava que seriam impenetráveis e estamos angariando apoio não só das mulheres, mas dos homens também. Criamos um canal para denúncias anônimas e criamos uma cultura interna de desencantamento dessa questão de ocuparmos os espaços e sermos assediadas moral e sexualmente.

Nós temos um segundo eixo, que foi lançado em agosto, que é o *Combate a Todas as Formas de Violência*. Estamos com a violência política no período das eleições, fizemos uma partilha junto com ONGs que se juntaram conosco para tratar sobre essa pauta. Vamos começar a falar também sobre violência obstétrica e violência doméstica, participando do projeto *Paz em Casa*, capitaneado pela ministra Cármen Lúcia. Vamos montar um grupo considerável de advogadas, inclusive no interior, para acompanhar esses casos de violência doméstica no Brasil inteiro, pois a OAB tem capilaridade para isso.



“Temos que vencer esse tabu e essa diferença salarial na ocupação dos postos de liderança.”

“Vou confessar: eu achava que, ganhando a paridade, estava resolvido. Só que não é só isso. Existe mais.”

E também estamos gestando um projeto para o desenvolvimento pessoal e profissional da mulher advogada. Queremos deixar como marca e legado neste triênio liderado pelo nosso presidente Beto um instrumento de empoderamento, de noções de liderança, gestão financeira, como ganhar dinheiro, para que nós ocupemos os cargos de poder mais rápido e com mais condições, tendo as armas adequadas para entrar-

mos nesse campo.

Como têm sido as batalhas para garantir alguns direitos básicos às mulheres advogadas?

Quando a gente tem uma liderança comprometida, como a do presidente Beto, a energia muda, o sistema muda, as pessoas que estão sendo lideradas passam a entender que estamos diante de uma nova característica, novos projetos e novo alcance.

Eu acho que, dentro do nosso sistema, nós temos pessoas que lutam por questões que são nossas. O próprio presidente Fernando Ribeiro Lins, de Pernambuco, foi um dos primeiros a levar o lançamento da campanha contra o assédio. Tivemos que fazer o lançamento dentro de um teatro, dada a dimensão que a seccional de Pernambuco deu ao evento. Então isso mostra que existem homens humanistas que querem abrir esse caminho para que nós possamos passar.

As mulheres ainda recebem salários menores que os homens. Ainda existe esse desnível dentro da advocacia, um ambiente que, historicamente, tem espaços ocupados por uma ampla maioria de homens?

A gente enxerga muito isso na chegada das mulheres no posto de advogada sênior, que é quando há o desafio da ocupação de um espaço de liderança. Quando as mulheres chegam à minha idade, de 42 anos, muitas delas desistem da advocacia. Temos um ambiente em que as pessoas ainda olham como um empecilho a mulher estar grávida. O primeiro tabu a ser quebrado é nós sermos aceitas com todas as nossas peculiaridades. Enquanto esse movimento não começar a ser feito, a gente não chega no próximo passo. Nós temos, sim, uma resistência ainda e temos que vencer esse tabu e essa diferença salarial na ocupação dos postos de liderança.

Não chega a ser um contrassenso

que, nos dias de hoje, ainda seja preciso conscientizar as pessoas sobre uma pauta que deveria ser natural, como a inclusão?

Todos os espaços de luta são espaços que são conquistados e, no caso das mulheres, você precisa estar reafirmando. Um exemplo: nós editamos uma súmula que não permitiu a inscrição de pessoas que tivessem praticado violência doméstica. O que aconteceu no início deste ano? Um juiz federal foi lá e disse que era uma violação ao exercício profissional dos homens advogados. Aí o presidente Beto colocou isso debaixo do braço e fomos lá, eu e ele. Perdemos na primeira instância, na segunda, só conseguimos reverter isso no STJ, para as súmulas voltarem a vigorar. Então o direito das mulheres hoje, quando a gente fala de conquistas, ele passa ainda por um caminho de solidificação.

Qual a importância de termos mulheres nos espaços de lideranças nas seccionais, caixas, comissões e a própria adoção da paridade?

Somos a primeira instituição de Justiça do país que tem, hoje, metade das mulheres nos cargos diretivos. Só que o fato das mulheres ganharem menos que os homens muitas vezes é algo que as impede de entrar na política (da Ordem). Eu escuto muito das mulheres: “nossa, você tem muita força, eu não aguentaria fazer o que você faz”. Isso que elas estão dizendo não é que elas não tenham conheci-

mento ou competência como eu, é porque elas não têm condições de gastar energia naquele momento da vida com essa atividade. Para os homens é muito mais natural isso. O espaço já é deles. Muitos são casados e a esposa é quem administra o escritório, a vida pessoal e ele fica desimpedido para poder, politicamente, trabalhar. Não é o que acontece conosco. Muitas vezes a gente recebe oposição dentro da própria casa. Essa é a realidade pela qual a gente ainda vai ter que passar para poder solidificar a paridade.

Como você avalia as mudanças nas regras para a formação para das listas do Quinto Constitucional que seccionais como Pernambuco têm colocado em prática?

Vou te confessar. Era uma coisa que eu não tinha percebido. Eu achava que, ganhando a paridade, estava resolvido. Só que, quando eu me deparei com a presidência da comissão, eu falei: “meu Deus, não é só isso. Existe mais”. No TRF-4, agora, tivemos estados em que as mulheres não quiseram participar. É um caminho difícil, desgastante, financeiramente pesado para você poder começar a sua empreitada. Às vezes, a mulher olha e acha que isso vai custar muito. Eu tenho incentivado para que a gente forme mulheres. Que geste mulheres que queiram estar nestes espaços e concorram. É uma questão que estamos reforçando dentro do coração das próprias mulheres. E começar isso desde a advocacia jovem.

artigos

**Ingrid Zanella**

Vice-presidente da OAB-PE

Um alerta para demandas agressoras

Resolução CNJ nº 349/2020 instituiu a criação dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, com o objetivo de monitorar esse tipo de prática

Atualmente, mormente nos adequamos à advocacia 5.0, com diversos projetos para possibilitar o fortalecimento da atividade jurídica, a garantia de direitos e o acesso à Justiça, findamos por esbarrar em uma temática que deve ser analisada com o cuidado necessário para não prejudicar qualquer desses pilares: demandas agressoras.

Falamos do ajuizamento de causas fabricadas em lotes imensos de processos, geralmente trazidas por poucos escritórios de advocacia que praticam captação de clientela em massa e dizem respeito a uma tese jurídica “fabricada” com o objetivo de enriquecer ilicitamente partes e advogados, independentemente da plausibilidade daquele pedido. Não devemos confundir com advocacia em massa, a fim de não prejudicar o livre exercício da profissão.

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, seria o ajuizamento de sucessivas ações judiciais, desprovidas de fundamentação idônea e intentadas com propósito doloso, que inclusive pode se configurar como ato ilícito de abuso do direito de ação ou de defesa, o denominado assédio processual. As demandas agressoras findam por desvirtuar o princípio do acesso à Justiça, afrontando os princípios da celeridade, eficiência processual e da eficiência da administração pública, bem como o direito de ação como meio de pacificação social.

Nesta senda, a Resolução CNJ nº 349/2020 instituiu a criação dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, com o objetivo, entre outros, de monitorar as demandas repetitivas, buscar soluções comuns para problemas sistêmicos no Judiciário, além de apresentar informações sobre a repercussão econômica, política, social ou jurídica das questões legais e constitucionais em demandas repetitivas.

A OAB-PE iniciou de forma pioneira em Pernambuco o debate sobre o tema, realizando o primeiro encontro para debater e instituir medidas em conjunto com o TJPE, Cijuspe, AMEPE, Justiça Federal de Pernambuco, Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-PE, objetivando garantir o livre exercício da advocacia e o amplo acesso à Justiça. O objetivo da OAB-PE é possibilitar que haja uma metodologia correta de trabalho por parte dos tribunais, para que reste devidamente comprovado que o maciço número de distribuição em determinado período é decorrente de demandas repetitivas.

A necessária compreensão da questão é indispensável para que não repercuta na advocacia e na sociedade. Inclusive, para que não haja uma criminalização equivocada e abusiva da advocacia, pois as demandas agressoras ou repetitivas representam menos de 1% da advocacia.

Da mesma forma, é prerrogativa exclusiva da OAB investigar e julgar as supostas ações ilegais da advocacia. Assim, cabe à OAB-PE trabalhar em conjunto com os tribunais, para que as soluções sejam, além de eficientes, na exata medida de competência de cada parte, garantindo à OAB a exclusividade de investigar e julgar as supostas atuações da advocacia.



Carlos Barros

Diretor-Tesoureiro da OAB-PE e coordenador do Sistema Estadual de Prerrogativas

Em defesa da advocacia municipalista

É imperioso combater um crescente movimento de criminalização do múnus advocatício, que vem se verificando em diversos setores da profissão

Advogar implica enfrentar, diariamente, extenuantes obstáculos inerentes ao ofício. É próprio da advocacia, por exemplo, o especial esforço para estar um passo à frente da volúvel dinâmica jurisprudencial, para superar irrazoáveis entraves no fluxo de expedientes triviais e para, no popular, “matar um leão por dia” pela sobrevivência financeira na selva mercante, fruto dos milhares de cursos de Direito proliferados Brasil a fora.

Não bastassem, porém, os fatigantes desafios ínsitos à profissão, um crescente movimento de criminalização do múnus advocatício vem se verificando em determinados setores da advocacia. Nesse sentido, são as tentativas de se imputar práticas delitivas aos advogados que atuam em favor de municípios.

Não raras são as acusações criminais formuladas contra esses causídicos pelo simples fato de, na qualidade de procuradores municipais ou assessores jurídicos, emitirem pareceres no contexto de procedimentos licitatórios. Ocorre que, além de representar o regular exercício profissional, o parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando à Administração ao que é nele expresso. Outrossim, a independência é uma garantia legal da advocacia, a teor - aqui em especial - do art. 2º, § 3º, da Lei 8.906/94, consoante o qual, “no exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e mani-

festações, nos limites desta lei”, o que reflete o postulado insculpido no art. 133 da Constituição Federal. Diante, portanto, da atipicidade da conduta, os tribunais pátrios vêm fulminando essas denúncias, de modo a chancelar a independência técnica dos advogados.

Imputações de igual jaez são implementadas em face de contratações de sociedades de advogados, mediante inexigibilidade de procedimento licitatório, para a prestação de serviços advocatícios especializados no interesse de entes municipais, dada a necessidade destes. Acontece que, nesses casos, conforme o art. 74, III, “e”, da Lei 14.133/21, “é inexigível a licitação”, vez que o “patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas” está entre os “serviços técnicos especializados” elencados. Ademais, o art. 3º-A da Lei 8.906/94 estatui que “os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei”, o que se coaduna com o art. 5º do Código de Ética e Disciplina da OAB, segundo o qual “o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização”. Aliás, esse é o entendimento assentado pelo Conselho Federal da OAB através da Súmula 04/2012/COP. Destarte, os ataques nessa direção vêm sendo infirmados pelas Cortes competentes, enfraquecendo mais um artefato do arsenal destinado à vulneração do livre exercício da advocacia.

Como se vê, honrando o seu histórico de resistência e luta, a advocacia reafirma a sua dignidade constitucional sempre que a caravana punitivista tenta passar.

artigos

**Manoela Alves**

Secretária-geral adjunta da OAB-PE

A coisa está ficando preta na OAB... Isso é ótimo!

Pedimos licença aos leitores para entenderem que este empretecimento do Sistema OAB é um ponto positivo e motivo de muito orgulho

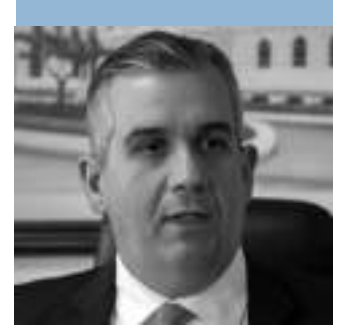
Nos últimos anos, o Sistema OAB tem sido palco de um show de inclusão racial intenso. Em 2018, foi criada a Comissão Estadual de Igualdade Racial (CIR), que participou ativamente do processo de aprovação de cotas em âmbito nacional e, em 2019, coordenou as comissões de Igualdade Racial em todo Nordeste, mostrando liderança, protagonismo e relevância. Esta comissão, desde o nascedouro, tem promovido debates e participado de eventos internos e externos, acompanhado ações afirmativas institucionais, especialmente na área de educação, feito parcerias e apoiado projetos externos a partir de uma rede que faz enfrentamento ao racismo em todos os espaços. A Comissão de Igualdade Racial também tem assento no comitê de representatividade da OAB-PE desde a sua criação.

Ainda no ano de 2019, visando mapear todas as subjetividades dentro da advocacia, inclusive na perspectiva racial, foi realizado pela Caixa de Assistência a Advocacia de Pernambuco (CAAPE) o *Censo da Advocacia Pernambucana*, uma ação extremamente importante para embasar e guiar as próximas políticas a serem pensadas em uma perspectiva antidiscriminatória dentro da instituição. A CAAPE ainda implementou o projeto que oferece suporte para membras(os) que forem vítimas de violência doméstica, racismo e

LGBTfobia. Já a Escola Superior de Advocacia (ESA-PE), por sua vez, está comprometida em transversalizar mais temas abordados em seus eventos, além de garantir representatividade na composição das pessoas expositoras e dar um acesso maior à qualificação e oportunidade de participação em seus projetos por advogadas(os) negras(os).

Na atual gestão, encontramos o ponto mais alto de representatividade negra já vivenciado institucionalmente: temos a presença de pessoas negras na diretoria da OAB, CAAPE e ESA, além de mais 30% da composição do Conselho Estadual. Uma das grandes conquistas deste ano foi a aprovação da paridade e das cotas raciais, que mudaram as regras para a indicação da lista sêxtupla do Quinto Constitucional, corroborando o compromisso de mandar uma lista mais diversificada e estimulando as instituições a também pensarem a inclusão racial em suas composições. Além disso, há uma interiorização da pauta racial, com a criação de sete comissões de Igualdade Racial nas subseccionais do estado e o mês de novembro - Mês da Consciência Negra - promete uma série de ações que vão fortalecer, visibilizar e garantir a equidade de raça dentro e fora da OAB.

A verdade é que nunca se viu em Pernambuco uma OAB tão plural e isso é o que se espera da Casa da Cidadania. Ainda existe um longo caminho a ser trilhado, mas seguimos na vanguarda. Uma coisa já é perceptível: a diversidade tem sido essencial para tornar o trabalho da OAB mais assertivo, eficiente e humanizado.



Bruno Baptista

Conselheiro federal da OAB-PE e presidente da Comissão Nacional de Direito Previdenciário

Diálogo com assertividade

Algo almejado pela advocacia previdenciária há anos é a possibilidade de retenção dos honorários contratuais também na esfera administrativa

Ao receber a honrosa missão de presidir a Comissão Especial de Direito Previdenciário da OAB Nacional, com o apoio do presidente Fernando Ribeiro, senti-me desafiado. Como transformar mais de 20 anos de exercício da advocacia e 12 de voluntariado no sistema OAB em efetivo apoio à jovem advocacia que tem, em todo o país, escolhido cada vez mais o direito previdenciário como ramo principal da sua atividade profissional?

O nosso primeiro passo foi montar o time. Estou tendo o privilégio de ter ao meu lado, efetivamente, a co-presidente, Gisele Kravchychyn, conselheira federal por Santa Catarina, o secretário-geral, Tiago Kidricki, e a secretária-geral adjunta, Julinda da Silva. A partir daí, solicitamos que cada presidente de seccional indicasse ao menos um membro, de modo que todos os estados da federação, com as suas peculiaridades, estivessem devidamente representados.

Como método de trabalho, a colegialidade e a democracia, aprendizado oriundo de outras missões que exerci no sistema OAB. A comissão foi dividida em grupos temáticos de trabalho, que apresentaram suas sugestões de ações e aperfeiçoamento, sem prescindir de uma reunião ordinária mensal, em formato híbrido, com todos os integrantes da comissão.

Nestes primeiros seis meses, exercendo a nos-

sa luta com diálogo e assertividade, é possível afirmar que os avanços foram muitos. Sobre o pagamento de precatórios, encaminhamos ofícios solicitando a antecipação da sua liberação. Do mesmo modo, foi acolhido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) pleito da OAB Nacional que alterou a sistemática de pagamento dos precatórios, de modo que os créditos referentes aos honorários contratuais retidos tivessem a mesma ordem de preferência que o crédito do cliente. Também estamos acompanhando, juntamente com a Comissão Nacional de Precatórios, a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.064, que visa a coibir o verdadeiro calote institucionalizado pela EC 114/2021.

Já no que pertine ao INSS Digital, conseguimos que o INSS disponibilizasse as certidões de indisponibilidade do sistema, que podem ser consultadas na página do CFOAB na internet. Passamos a realizar também reuniões quinzenais com representantes da autarquia previdenciária, visando a obter informações e sugerir melhorias para o sistema. Uma conquista oriunda deste diálogo foi a disponibilização, desde o último dia 1º de setembro, de uma cesta básica de serviços (80) no INSS Digital para todo o país e a possibilidade de agendamento de serviços virtuais em qualquer Agência da Previdência Social (APS).

Desejo antigo da advocacia previdenciária, a possibilidade de retenção dos honorários contratuais também na esfera administrativa ganhou um importantíssimo passo com a aprovação do Projeto de Lei nº 4830/2020, na Câmara Federal. Buscamos a aprovação no Senado Federal ainda este ano.

artigos

**Anne Cabral**

Presidente da CAAPE - Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco

Saúde mental em foco

A falta de convivência social por um período muito longo trouxe danos à saúde mental das pessoas. Casos de ansiedade aumentaram na pandemia

Assim como a saúde física, a saúde mental é uma prioridade. Não é raro, infelizmente, ouvirmos que uma colega ou um colega advogado tentou suicídio. Ou que deixou a profissão por esgotamento ou por uma crise de ansiedade. Ou, ainda, que um colega advogado foi acometido da Síndrome de Burnout. Isso nos levou a pensar, na Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco, em como poderíamos ajudar esses colegas no âmbito da saúde mental relacionada às suas prerrogativas profissionais.

A pandemia da Covid-19 acentuou essa preocupação. A falta de convivência social das pessoas por um período muito longo trouxe danos à saúde mental. Um levantamento preliminar do Ministério da Saúde, de 2020, indicou que a ansiedade foi o transtorno mental mais presente entre a população durante a pandemia. Foi mais um sinal de alerta que se acendeu para a sociedade. Precisamos adotar, todos nós, nos nossos ambientes de trabalho, medidas voltadas para a saúde mental das pessoas.

Dentro do Sistema OAB-PE a questão da saúde mental passou a ser mais um ponto de atenção na Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas (CDAP), onde aumentou a demanda de profissionais que tiveram suas prerrogativas profissionais violadas relatando queixas sobre essa temática. A CDAP já

ofertava apoio jurídico nesses casos, mas foi observado que a questão da proteção à saúde mental desses profissionais precisava de atenção e cuidado específicos, revelando, assim, a necessidade de um suporte social e psicológico para essas pessoas.

A CDAP trouxe o problema à CAAPE, onde somos responsáveis por programas de assistência no âmbito do Sistema OAB-PE, e juntos, pensamos em um programa voltado para a saúde mental.

Criamos, então, o programa *Prerrogativamente*, e passamos a prestar suporte social e psicológico aos advogados(as) e estagiários(as) que tiveram ou estão tendo suas prerrogativas violadas, através de atendimento individualizado com profissionais das áreas de assistência social e psicologia. Demos o *start* no dia 11 de agosto, Dia da Advogada e do Advogado. Já possuímos outras duas redes de apoio, sendo uma para vítimas de violência doméstica e outra para violência de gênero e raça, ambas também com apoio psicológico para essas vítimas.

Ser um profissional confiante e com boa saúde mental é, hoje, o grande desafio para a população economicamente ativa. Os problemas do dia a dia, a velocidade da vida, dificuldades de relacionamento com a família e com outras pessoas e, para além desses desafios, as questões inerentes ao próprio exercício da profissão são pontos de atenção que precisam de cuidados. E é isso que estamos procurando fazer na CAAPE. Cuidar das pessoas, dos nossos colegas advogados e advogadas, para que tenham um suporte importante para o exercício das suas atividades profissionais.



José Nelson Barbosa

Conselheiro Seccional Titular da OAB/PE, presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) e secretário-geral do Colégio de Presidentes dos TEDs da Ordem dos Advogados do Brasil para o triênio 2022/2024

O novo TED não para

Tribunal cumpre duplice papel: o pedagógico e o judicante. Um segue o Código de Ética. O outro, o julgamento das representações disciplinares

No último ano do mandato passado da OAB-PE, sensível à histórica demanda represada, o Conselho Pleno da OAB/PE aprovou a mais audaciosa reestruturação do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) de todos os tempos, mais do que o quadruplicando de tamanho.

Foi reservado à gestão atual o teste de resistência desse novo desenho e a mim confiada a Presidência do Tribunal. Desde então, tem-se apostado na escuta ativa de todos os colaboradores para que a prova seja bem-sucedida, um passo depois do outro, em uma administração voltada a atender aos anseios da classe e da sociedade.

Nesse horizonte, é de bom alvitre ressaltar que o Tribunal cumpre duplice papel: o pedagógico e o judicante. O primeiro se rege pelo Código de Ética e Disciplina (CED), art. 71, inciso II. O segundo está fundamentado na análise e no julgamento das representações disciplinares.

Há poucas semanas, por exemplo, o Tribunal se dedicou à consulta nº 17.0000.2022.013609-9, composta de seis indagações, em que foi relator perante a Turma Deontológica o secretário-geral da Corte, Gustavo H. Freire, autor do recém-lançado e festejado livro *Comentários, notas e apontamentos à Lei Federal nº 8.906 de 04/07/1994*.

A consulta abordou temas sensíveis ligados à publicidade profissional (Provimento 205/2021-CFOAB e CED, arts. 39 a 47) e esta presidência foi a autora da iniciativa.

Ao longo das duas sessões noturnas exclusivas destinadas a esse propósito, os julgadores puderam livremente fazer sugestões às respostas propostas para a consulta, as quais foram acolhidas pelo relator. O resultado final deste *brainstorming* mesclou previsibilidade e segurança jurídica. Merece e precisa ganhar asas.

A consulta tratou sobre “publicidade informativa”, “publicidade impulsionada” em relação à possibilidade decapitação de clientela; entrevistas em meios de comunicação social sem a ocorrência de habitualidade e superexposição (inciso I do art. 42 e art. 43 do CED); “ostentação” *versus* “moderação”; bem como a utilização dos aplicativos de consultas jurídicas para *smartphones* e *sites* de Internet nos quais sejam ofertados esse tipo de serviço particularmente a não-clientes. Não deixou dúvidas no ar. A ementa do julgado está disponibilizada no *site* da OAB-PE.

O TED segue em sinergia com a gestão da OAB-PE, a Corregedoria dos Processos Disciplinares e a Comissão de Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional (COFEP) e, de resto, com todo o Sistema OAB, para uma prestação de serviços cada vez mais eficaz. Estamos de portas abertas, à disposição da advocacia e da coletividade. Nossa missão primordial é educar. Como dizia Pitágoras, na Grécia antiga, é o único caminho para que não seja preciso punir.

artigos



Marina Falcão Lisboa Brito

Diretora da Jovem Advocacia da ESA-PE

Jovem advocacia com vez e voz

ESA possui programas, como o *Meu Primeiro Token*, que são especialmente voltados a auxiliar nessa fase em que o profissional mais precisa de apoio

A jovem advocacia precisa de voz, de espaço e de apoio. E é com base nessas necessidades que a Escola Superior de Advocacia de Pernambuco tem pautado boa parte da sua energia: envidando esforços em oportunizar conhecimento àqueles que desejam. Neste ano, ao assumir o desafio de ser diretora da Jovem Advocacia da ESA-PE, pude verificar ainda mais de perto as necessidades que a jovem advocacia pernambucana possui e, assim, trabalhar em conjunto com uma competente e engajada diretoria, capitaneada por Leonardo Moreira, para elaborar atividades que abram espaços para esses jovens.

A ESA-PE vem inovando na criação de oportunidades para esse segmento. Entre os desafios que surgem logo após a inscrição nos quadros da OAB, estão questões financeiras, oportunidades, e relacionadas à experiência, seja prática ou teórica. Por isso, a ESA possui programas específicos voltados a auxiliar nessa fase em que os jovens mais precisam de apoio, como o *Meu Primeiro Token*, tão importante por auxiliar, desonerando um novo profissional, na aquisição de um instrumento essencial para o exercício da advocacia nos tempos atuais.

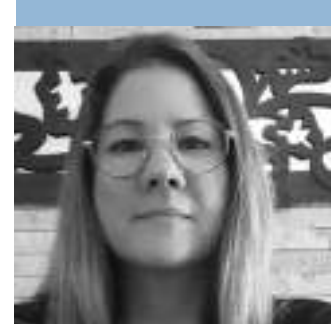
Uma outra atividade levada muito a sério na ESA é a *Semana de Prática Jurídica*. Implementada

pela atual gestão, é uma ação na qual nos preocupamos em trazer temas diversos, com palestras práticas sobre problemas vivenciados em cada especialidade, como direito de família, audiências penais, direito bancário. E, se a preocupação é viabilizar essa formação continuada ao exercício profissional, é evidente que uma de nossas preocupações é o acesso ao estudo a baixíssimos custos.

Outro ponto muito importante é a grande procura, principalmente por quem acabou de se formar, por pós-graduações de qualidade. A escola tem buscado atender essa demanda ao estabelecer parcerias com instituições de ensino, tribunais e órgãos públicos para, através disso, viabilizar a formação continuada de qualidade para a advocacia pernambucana. A preocupação com o ensino não fica restrita apenas à capital. Ela se expande para alcançar do cais ao Sertão. Viabilizar a integração dos advogados de todo o estado é também uma preocupação latente e diária na nossa gestão.

Por fim, ao pensar na jovem advocacia, não podemos esquecer de uma grande parceira da escola nessa atuação, que é a Comissão Especial de Assistência aos Jovens Advogados (CEANA), encabeçada por Stella Brayner. Juntos, temos realizado diversos eventos para os que acabam de entrar nos quadros da OAB.

Dessa forma, é importante dizer que a diretoria da escola tem como um de seus grandes focos exatamente o de viabilizar a formação e a atualização continuada da jovem advocacia. Este é um desafio que assumimos e para o qual já estamos tendo grandes resultados.



Rose Michele Rodrigues

Vice-presidente, em conjunto com os demais integrantes da Comissão de Migrantes e Refugiados da OAB-PE

Migrantes, refugiados e a luta por direitos

Com um pouco de humanidade e urbanidade de agentes públicos e da sociedade civil organizada, o problema destas pessoas pode ter solução

Os migrantes e refugiados em Pernambuco sofrem para ter direitos reconhecidos. Entre 2001 a 2018, 19.245 pessoas estrangeiras se estabeleceram no estado. Mesmo com a documentação em ordem, o desconhecimento do funcionamento de organizações como bancos, imobiliárias e até órgãos públicos dificulta que migrantes exerçam seus direitos. A facilitação de regularização para migrantes vindos principalmente da Venezuela e da África aumentou em muito o número de pessoas ingressando ilegalmente no Brasil e em Pernambuco desde então.

As situações de irregularidade podem ter efeitos nas possibilidades de acesso aos órgãos públicos, desestimulando, assim, a regularização documental. O problema não é de simples solução. Todavia, com um pouco de humanidade e urbanidade de agentes públicos e da sociedade civil organizada, o problema destas pessoas pode ser resolvido. A ausência de reconhecimento de documentos válidos causa uma grave violação e discriminação contra estas pessoas, que estão legalmente no Brasil, descumprindo a Lei de Migrações de 2017 e diversos tratados que o Brasil assinou.

A decisão ou necessidade de residir em outro país exige solicitação de permanência no destino.

Neste sentido, cabe ao Estado definir regras sobre a concessão de documentos e proteção. Os migrantes se encaixam em uma situação que exige regularização migratória, mas os altos custos burocráticos ou a falta de informações dificultam a obtenção da documentação, gerando uma situação de (in)documentação, trazendo consequências às vidas dessas pessoas. É uma das principais causas frequentes de vulnerabilidade, que gera o afastamento dos migrantes dos serviços públicos, seja por medo de deportações ou desconhecimento das informações. Como garantir a cidadania e a plena proteção desses grupos vulneráveis e sub-representados?

A Comissão de Direito dos Migrantes e Refugiados da OAB-PE tem buscado solucionar este problema com a comunicação, orientação e debates com a sociedade civil, as entidades empresariais e os órgãos públicos. A parceria estratégica com a Defensoria Pública da União e com o Ministério Público tem ajudado a conscientizar e a melhorar o relacionamento dos migrantes com diversas organizações públicas e privadas, mas, ainda assim, há muita resistência no atendimento a estas pessoas. A construção de forma participativa de políticas públicas para a efetivação desses direitos envolve algumas ações práticas, tais como: simplificação dos trâmites processuais, com uma menor exigência documental; atualização de legislação local e de normas específicas; reforço e melhoria de formação de servidores; estruturas de fiscalização; ações das organizações civis e sociedade; criação de comitês municipais ou estaduais.

ADVOCACIA
CORRESPONDENTE
OAB-PE

Precisa de um **advogado**
fora da sua cidade
em **Pernambuco?**
a gente tem!

No **Banco de Talentos da OAB Pernambuco**
você pode contratar um **advogado**
corresponde ou se cadastrar e disponibilizar
o seu serviço de **correspondência**.

Tudo isso
SEM CUSTO
para NENHUM
dos lados.



Acesse o
QR Code
e confira o
passo a passo

Acesse o **Banco de Talentos**
da **OAB-PE**. Do **Litoral** ao
Sertão, sempre alguém perto
de **VOCÊ.**



Banco de
Talentos
OAB Pernambuco



Lançamento da Revista *Advogar*

A edição número 1 da publicação foi apresentada, em julho, durante a reunião do Conselho do Pleno da OAB-PE. A expectativa é ampliar ainda mais o canal de troca de informações e debates com os profissionais da área.

NOVO SERVIÇO

Proteção animal

A Comissão de Defesa e Proteção dos Animais (CDPA) acompanha de perto diversos casos de agressões registrados contra animais na Região Metropolitana do Recife. A expectativa é a de que os fatos sejam apura-

dos, os responsáveis identificados e punidos. Abandonar e matar animais é crime previsto em Lei Federal. Em 2020, a nova legislação aumentou a pena de detenção, que era de até um ano, para até cinco anos.

Yacy Ribeiro/ OAB PE



Lançamento do livro *Luiza Helena*

A vice-presidente da seccional, Ingrid Zanella, prestigiou, no Recife, o concorrido lançamento do livro *Luiza Helena: Mulher do Brasil*, que conta a trajetória de lutas e de empreendedorismo da empresária Luiza Trajano, do Magazine Luiza.

Tolerância Zero

Violadores de prerrogativas estão proibidos de participar de qualquer evento da OAB-PE. A decisão foi oficializada pelo Conselho Pleno da seccional, no dia 6 de setembro. Passa a ser requisito, portanto, consulta prévia ao Registro Nacional de Violações de Prerrogativas (RNPV) antes de se confirmar o nome do palestrante ou do convidado que esteja cotado para eventos promovidos por qualquer instituição da seccional.

OAB Digital

Notícias fresquinhas da OAB-PE na palma da mão. Que tal? Para usufruir da novidade e ainda receber as edições digitais da *Revista Advogar*, assim que forem lançadas, basta adicionar o (81) 99705-9236 aos seus contatos de WhatsApp, mandar uma mensagem dizendo que quer participar da OAB-PE Digital e pronto. Você vai ficar atualizado sobre tudo o que está acontecendo e poderá mandar para quem quiser.

Combate à violência contra a mulher

Com homenagem aos 16 anos da Lei Maria da Penha foi lançada, em Brasília, a *Campanha de Combate à Violência Contra a Mulher* da OAB Nacional. O presidente e a vice-presidente da Seccional Pernambuco, Fernando Ribeiro Lins e Ingrid Zanella, participaram da solenidade e informaram que a iniciativa será replicada no estado. Avaliam que é inadiável atuar para combater esse gravíssimo problema no país.

Presença em Fernando de Noronha

José do Egito Fernandes, Anderson Flexa Leite e João Paulo do Nascimento assumiram, respectivamente, até 31 de dezembro, a presidência, a vice-presidência e a secretaria do Comitê de Representação da OAB-PE em Fernando de Noronha. A ilha passa a contar, portanto, com um apoio importante da seccional, que é voltado, entre outros objetivos, para a defesa da cidadania, do Estado Democrático de Direito e a boa aplicação das leis.

Yacy Ribeiro/ OAB PE



Ivo Amaral Jr assume uma nova missão

O secretário-geral da Seccional Pernambuco, Ivo Amaral Júnior, é o novo coordenador estadual de Interiorização da Advocacia de Pernambuco. A descentralização das ações é prioridade, na expectativa de expandir projetos e serviços para todas as regiões do estado. O esforço, segundo Ivo, é para que os profissionais que militam no interior tenham, cada vez mais, melhores condições de trabalho.



Divulgação

OAB-PE ganha posto da Receita Federal

A sede da OAB-PE, na Rua do Imperador, vai contar com um posto de atendimento avançado da Receita Federal. O convênio firmado entre as duas instituições facilitará o trabalho de advogados, advogadas e dos seus representantes. A presidente da Comissão de Assuntos Tributários da Ordem, Patricia Maaze, informa que mais detalhes serão anunciados em breve através das redes sociais da seccional.



Fotos: Yacy Ribeiro/ OAB PE

Coworking Águas Belas é um dos 20 espaços que a OAB-PE pretende implantar até 2024

Interiorização

Descentralização avança com novo *coworking* e mais ações

Advogados e advogadas que atuam fora da capital e do eixo metropolitano passam a contar, a cada dia, com mais estrutura

A política de interiorização da OAB-PE segue forte e avançando. Depois de criar, em maio, a 26ª subseccional em São José do Egito, no Sertão do Pajeú, advogados e advogadas passaram a contar com outras importantes estruturas, como o *Coworking* Águas Belas - cidade que integra a cir-

cunscrição Garanhuns - e a Sala da Advocacia no Fórum de Amaraji.

O secretário-geral da OAB-PE, Ivo Amaral, também coordenador estadual de Interiorização da Advocacia em Pernambuco, informa que a projeção é a de ampliar ao máximo a descentralização das ações. E adianta

novos passos nesse sentido. A expectativa é a de que sejam implantados, até o final do triênio, mais de 20 *coworkings* - com recursos do Conselho Federal - em localidades que não sejam cidades polo, como é o caso, agora, de Águas Belas.

A política de interiorização é desenvolvida

em sintonia com a OAB Nacional, mas Pernambuco tem atuado de forma proativa e largou na frente em muitas iniciativas. Em recente encontro em Brasília, do qual Ivo Amaral participou, o Conselho Federal divulgou que está programada, por exemplo, a instalação de salas de advocacia em muitos

Advogados pernambucanos agora dispõem de nova sala no Fórum de Amaraji



Já o presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, chama a atenção para a questão da advocacia dativa, que teve uma conquista importante. Trata-se da aprovação, no ano passado, da lei estadual que institui o pagamento dos dativos. Permitirá, segundo ele, uma rotatividade. “O advogado escolhe três cidades e duas áreas de atuação e, aleatoriamente, o sistema vai escolher um advogado que se inscreveu. Esse advogado já não será nomeado numa solicitação posterior, de forma sucessiva”, explica Fernando, ressaltando, ainda, que uma parcela muito grande dos profissionais do interior se inscreve para ser dativo e, com o novo sistema, vai ser possível ter uma renda.



Secretário-geral Ivo Amaral participou de encontro nacional sobre interiorização

estados. Mas os *coworkings* já são uma realidade por aqui.

Trata-se de um espaço que dá oportunidade aos profissionais, sobretudo autônomos, de trabalharem em um lugar com toda a infraestrutura sem qualquer tipo de despesa. O *coworking* conta com sala de reunião, sala de atendimento individual, computadores com acesso à internet, recepção e copa.

A estrutura oferecida minimiza, inclusive, um dos impactos da pandemia, quando muitos profissionais não tiveram condições de manter seus escritórios. Com o *coworking*, ficam com a opção

de não mais ter esse custo. Além do benefício de instalação, Ivo destaca outro ponto positivo nesse ambiente, que é a interação entre os usuários.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

E se a meta da OAB-PE é, justamente, chegar junto de quem está mais distante, com estrutura, rapidez e eficiência, também entra em cena a tecnologia como ferramenta essencial. Nasceu, assim, o *Boris*, um atendente virtual.

A inteligência artificial abre novas perspectivas. Ivo Amaral antecipa a intenção de lançar, até meados de 2023, as certidões online. Com isso,

advogados e advogadas não precisarão mais pedir o documento presencialmente na OAB e ficar aguardando. “O profissional vai poder, ele mesmo, pagar as taxas, extrair e imprimir as suas certidões de onde estiver”, informa.

Vários tipos de serviços, além desse, estarão conectados, de maneira virtual, sem a presença física, ligações telefônicas ou a necessidade de passar por vários setores para se conseguir o que precisa. A usabilidade desse sistema, na opinião do coordenador, vai assegurar um serviço rápido, moderno e que vai facilitar muito a vida de quem não mora na capital.

Ivo Amaral reforça a informação e destaca outro ponto relevante: a demanda é grande e a defensoria não tem braço para alcançar o estado todo. Em Pernambuco há uma atuação forte da advocacia dativa, dos advogados do interior, principalmente em municípios mais distantes. Ele avalia, portanto, que será um incentivo.

A **ouvidoria** da **OAB PE** está pronta para atender **VOCÊ**

Entre em contato
conosco escaneando
o **QR Code**



Elogios, informações, reclamações, sugestões, solicitações, manifestações.
A nossa ouvidoria está pronta para ampliar a sua participação na OAB
Pernambuco. Entre em contato conosco acessando a nossa página via QR Code.
Mais informações em nosso site e nas redes sociais. **Acesse: www.oabpe.org.br**



Ouvidoria



Comissões

Comitê de Relações Estudantis foi instalado em junho, em mais uma iniciativa pioneira no país da seccional

Cada vez mais atuantes e representativas

Nova gestão aposta em comissões como braços da OAB fora da instituição para uma atuação mais próxima da advocacia pernambucana

A Ordem dos Advogados do Brasil possui em seu regimento as comissões responsáveis pela defesa dos advogados compostas por especialistas das mais variadas áreas. As comissões são divididas entre comissões

permanentes, nomeadas junto com a gestão, pois possuem papel fundamental para o bom funcionamento da advocacia, e as comissões especiais, que tratam de assuntos específicos e necessários em cada época, que são

nomeadas ao longo da gestão, de acordo com a necessidade da classe.

Ingrid Zanella, além de vice-presidente da OAB Pernambuco, também é a coordenadora das comissões no estado. Ela destaca a importân-

cia dessa atuação ampla na gestão. "As comissões são os braços que a nossa OAB tem para poder trabalhar em diversas frentes. A OAB Pernambuco tem a diretoria, a CAAPE e a ESA, mas a gente precisa das comissões para ter



Encontro de presidentes de comissões ocorre a cada trimestre, promovendo integração, novas ideias e projetos

especialistas trabalhando as pautas sensíveis não só para a advocacia, mas para toda a sociedade." Além disso, Ingrid afirma que "é através das comissões que seremos ouvidos por cada vez mais advogados e advogadas. A comissão, como coração da OAB, possibilita ampliar o nosso alcance para a sociedade e para a advocacia".

A coordenadora explica que as comissões permanentes são aquelas que, desde o primeiro dia da gestão, devem ser instituídas, pois a classe não pode ficar sem elas. "São comissões estritamente necessárias para o desenvolvimento da advocacia. Um grande exemplo é a Comissão de Defesa das Prerrogativas. Nos

primeiros dias de janeiro, alguém pode ter suas prerrogativas violadas e precisar da atuação da comissão, assim como a Comissão da Mulher Advogada, por exemplo."

Entre as atribuições, as comissões podem atuar com cursos, pareceres, caravanas, entrevistas onde membros são indicados. Devem fomentar conhecimento, promover diálogos, conectar a OAB com a sociedade e identificar situações que precisam da interferência da instituição. A comissão fiscaliza e traz para a entidade as informações para deliberar as ações necessárias.

As comissões da OAB-PE também podem ajudar na elaboração de pós-graduações, assim

como em diversos cursos de atualização jurídica que são fomentados pela ESA, e, dessa forma, promover em todo o estado debates em diversas áreas do direito com os especialistas que são os membros daquela comissão.

NOVIDADES

Na atual gestão foi aberto, pela primeira vez, um edital para participação em comissões de forma livre. O edital está no site da OAB-PE e é contínuo. "Todo advogado e toda advogada que quiser participar de comissões pode mandar seu contato e pleitear sua participação. A única restrição é que cada um pode participar de até duas comissões concomitantes, para que

possa trabalhar de forma mais dedicada", explica Ingrid Zanella.

Essa novidade, segundo Ingrid, "abriu as portas da OAB através das comissões, pois não havia edital de participação anteriormente. Foi uma inovação dessa gestão como forma de possibilitar que todas as pessoas conheçam todas as comissões e possam identificar com quais queiram contribuir. É uma forma de chamar a advocacia para trabalhar continuamente com a OAB de Pernambuco, pois não temos nenhum tipo de restrição para o ingresso nas comissões".

INTEGRAÇÃO

"Nessa gestão, em meu papel de coordenadora,

// COMISSÕES

temos o objetivo de integralizar eventos entre comissões. Tivemos no primeiro semestre um evento da Comissão de Assuntos Tributários junto com a de Educação Jurídica e da Mulher Advogada. Foi fomentado pelas comissões em conjunto, através do projeto *Diálogo de Comissões*. Unimos duas ou três temáticas para dar uma abordagem multidisciplinar para um assunto, trazendo a classe mais pra perto, ampliando o campo do conhecimento”, conta Ingrid Zanella.

Além disso, está prevista a realização de encontros trimestrais de todas as comissões ao longo desse triênio, juntando as estaduais com os diretores estaduais. “Vamos falar da importância das comissões para a advocacia, o que a comissão deve ou não fazer e mostrar a sistemática dentro da OAB para ter apoio da CAAPE, da ESA”, explica a coordenadora. Em abril foi realizado o primeiro encontro. O segundo aconteceu em setembro.

Além dos encontros estaduais, serão realizados encontros regionais das comissões, juntando duas ou mais subseções para unir temáticas que sejam de interesse comum, e possibilitar que sejam criadas comissões específicas para regiões, de acordo

COMISSÕES PERMANENTES

Assistência aos Novos Advogados - CEANA

Presidente: Stella Luíza Ferreira Brayner

Estágio e Exame de Ordem - CEEO

Presidente: Dhiego de Lavôr Santos

Defesa, Assistência e Prerrogativas - CDAP

Presidente: Yuri Azevedo Herculano

Defesa dos Direitos Humanos - CDH

Presidente: Renan Resende da Cunha Castro

Direito Empresarial - CDEM

Presidente: Marcelo Becker Gil Rodrigues

Direito Ambiental - CDA

Presidente: Tiago Lopes de Andrade Lima

Direito e Liberdade Religiosa - CDLR

Presidente: Maria Amélia Giovannini Calado

Diversidade Sexual e de Gênero - CDSG

Presidente: Eduardo José dos Santos

Igualdade Racial - CIR

Presidente: Débora Vanessa Gonçalves Batista

Mulher Advogada - CMA

Presidente: Isabela Lessa de Azevedo Pinto Ribeiro

Seleção e Inscrição - CSI

Presidente: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire

Sociedade de Advogados - CSA

Presidente: Antônio Faria de Freitas Neto

Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional - COFEP

Presidente: André Luiz Caúla Reis

Orçamento e Contas - COC

Presidente: Carlos Soares Sant'anna

COMISSÕES ESPECIAIS

Acompanhamento do Sistema Penitenciário e das Execuções Penais - CASPEP

Presidente: Nary Enyllyn Gonçalves da Silva

Acompanhamento do Legislativo - CAL

Presidente: Sócrates Vieira Chaves

Advocacia Dativa - CAD

Presidente: Cristiane Antunes Botelho

Advocacia Pública - CAP

Presidente: Alysson Henrique Rocha Bezerra

Advocacia Popular - CAP

Presidente: Thaisi Moreira Bauer

Apoio e Fomento do Cooperativismo - CAFC

Presidente: Ailton Alfredo de Souza

Assuntos Tributários - CAT

Presidente: Patrícia Maria da Câmara Maaze

Assistência Social - CAS

Presidente: Sarah Bastos de Oliveira Borges

Compliance e Combate à Corrupção - CECCC

Presidente: Leticia Maria Cerqueira de Mendonça

Comitê de Relações Estudantis

Presidente: Stephannye Vilela

Conciliação, Mediação e Arbitragem - CCMA

Presidente: Felipe Bezerra de Souza

Cultura - CCULT

Presidente: José Vitor Pereira Neto

Direito Aduaneiro e

Comércio Exterior - CODACE

Presidente: Gilberto Flávio de

Azevedo Lima

Direito Agrário - CDA

Presidente: Francisco Arthur de Siqueira Muniz

Direito Eleitoral - CDE

Presidente: André Baptista Coutinho

Direito da Energia - CDEN

Presidente: Wagner Augusto de Godoy Maciel

Direito e Saúde - CDS

Presidente: Ana Luíza Mousinho da Motta e Silva

Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CDDPD

Presidente: João Maurício de Assis Rocha Filho

Direito de Família - CDF

Presidente: Virgínia Cunha Andrade Neves Baptista

Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDDA

Presidente: Patrícia Barbosa Leão

Defesa do Consumidor - CDC

Presidente: Joaquim Pessoa Guerra Filho

Direito Administrativo - CDA

Presidente: Leonardo Sales de Aguiar

Direito da Moda

Presidente: Daniela Madruga Rêgo Barros Victor Silva

Direito Desportivo - CDD

Presidente: Hilton Carvalho Galvão

Direito Imobiliário - CDI

Presidente: Érika Rodrigues de Souza Lócio

Direito Marítimo, Portuário e do Petróleo - CDMPP

Presidente: Igor Zanella Andrade Campos

Direito Notarial e Registral - CNR

Presidente: Rebeka Batista



Ingrid Zanella: “A comissão possibilita ampliar o nosso alcance para a sociedade e para a advocacia”

com a necessidade local.

A participação da advocacia do interior cresceu bastante com a abertura do edital. Também em razão disso, a OAB-PE passou a realizar as reuniões de forma híbrida, para que todos possam participar, mesmo se não conseguirem estar presencialmente.

ATUAÇÃO NACIONAL

Ingrid também é presidente da Comissão Nacional de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal. “Pernambuco é um estado que tem um desenvolvimento industrial e portuário muito forte, tem o Complexo Portuário de Suape, o Porto do Recife e uma instalação portuária em Fernando de Noronha. Movimenta muita carga, tem um potencial de crescimento

enorme e está em uma excelente rota de navegação. Então a nossa comissão tem vários objetivos nesse sentido”, explica.

Outro ponto importante destacado por Ingrid é de que Suape vai crescer como um todo. “Têm várias empresas chegando e se instalando em diferentes segmentos, possibilitando um desenvolvimento econômico maior, e o cenário portuário da infraestrutura tem um papel importante nisso. Na pandemia, o transporte aquaviário e a estrutura portuária foram reconhecidos como essenciais”, conta Ingrid, ressaltando o alto índice de recebimento de carga em Pernambuco através do modal marítimo.

ESTUDANTES

Uma grande inovação

dessa gestão foi a criação do Comitê de Relações Estudantis. Ingrid Zanella, que também é professora, sentiu a necessidade dessa relação, através da percepção de ausência de conectividade, da distância que existia entre os estudantes e a OAB. Segundo ela, os estudantes “só vinham na hora de tirar a OAB e desconheciam o real papel da instituição”.

O Comitê, criado em junho, é presidido por Stephannye Vilela, estudante do 7º período de Direito na Universidade Católica de Pernambuco e presidente da Diretoria Acadêmica de Direito da Unicap.

Stephannye destaca que essa é a primeira vez que estudantes podem ser membros. “Na gestão passada foi aberta a possibilidade de estudan-

tes serem colaboradores, mas nessa é que podem ser membros efetivos, além de colaboradores”, comemora. “Nós da OAB Pernambuco somos pioneiros na colocação desse comitê, formado totalmente por estudantes.”

No dia de instituição do comitê, a primeira ação da presidente foi apresentar uma solicitação para a redução da anuidade dos estagiários, que já está na pauta de orçamento de 2023 da entidade. Essa iniciativa é para que seja cada vez maior o número de estudantes inscritos na entidade.

Atualmente, o comitê possui mais de 60 membros ativos. Recentemente, abriu inscrições para quem quiser participar. Stephannye conta que muitos professores e

// COMISSÕES (continuação)

instituições procuraram o comitê querendo indicar estudantes e outros querendo participar. Na primeira semana, mais de 400 estudantes se inscreveram para ser colaboradores, fato comemorado pela presidente.

Outra situação importante, segundo Stephannye Vilela, foi a de que, “desde que se instalou o comitê, temos visto como natural a participação estudantil dentro da OAB, nas comissões, eventos e atividades. O *Banco de Talentos* também foi importante para a jovem advocacia e estagiários”.

O comitê conta com estudantes de mais de 20 instituições de ensino, do Recife a Petrolina. Para Stephannye, o principal objetivo é aproximar, cada vez mais, a Casa da Advocacia e da Cidadania com os estudantes de Direito, que são o futuro da OAB.

“Temos projetos para aproximar os estudantes da instituição e conhecer seu funcionamento, de forma permanente. Além disso, levar a OAB às universidades, OAB no Campus, e que, em todo exame da Ordem, o comitê esteja presente para recepcionar os estudantes e passar segurança e tranquilidade no processo para todos”, conclui.

Barbosa Fagundes

Direito de Seguridade Social - CSDD

Presidente: Shynaide Mafra Holanda Maia

Direito Penal - CDP

Presidente: José Luiz de Mendonça Galvão Júnior

Defesa e Proteção dos Animais - CDPA

Presidente: Anaís Maria Ferreira de Araújo

Direito Bancário - CDB

Presidente: Amanda Ruana Lima Botelho

Direito Minerário - CDM

Presidente: Renata Enrique da Silva Ribeiro Vasconcelos

Direito Municipal - CDM

Presidente: Tomás Tavares de Alencar

Direito das Startups - CDS

Presidente: Raissa Cristina de Moura Ferreira

Direito da Pessoa Idosa - CDPI

Presidente: José Maria Silva

Direito Sindical - CDS

Presidente: André Luiz Barreto Azevedo

Direito Sistêmico - CDS

Presidente: Anita Duarte de Andrade

Direito da Tecnologia e da Informação - CDTI

Presidente: Bruna Leite Mattos

Direito do Terceiro Setor

Presidente: Thereza Christine de Albuquerque Nóbrega

Direito do Trabalho - CDT

Presidente: Sílvia Márcia Nogueira

Direito Urbanístico - CDU

Presidente: Ana Cecília de Barros Gomes

Direito dos Migrantes e Refugiados - CDR

Presidente: Maria do

Socorro Carvalho Alves de Araújo

Honorários Advocatícios - CHA

Presidente: Carlos Gilberto Dias Júnior

Educação Jurídica - CEJ

Presidente: Maria Emília Miranda de Oliveira Queiroz

Educação para Cidadania - COMEC

Presidente: Marcondes Rubens Martins de Oliveira

Especial de Práticas Colaborativas - CEPC

Presidente: Débora Cristina Correia Nascimento

Especial de Segurança Pública - CESP

Presidente: Denyse Cely Mendes da Silva

Esportes

Presidente: Thomas Henrique Gomes de Sá Sobreira de Aragão

Estudos sobre Porte de Armas para a Advocacia

Presidente: Luiz André de Albuquerque Maranhão

Justiça Restaurativa - CJR

Presidente: Dinah Maria da Silva Bezerra Germano

Legal Design

Presidente: Luciana Martins de Amorim Amaral

Mentoring e Coaching Jurídico

Presidente: Maria Raquel Maia Peres

Gestão, Empreendedorismo e Inovação - CGEI

Presidente: João Carlos Fonseca dos Santos Filho

Governança Corporativa - CGCO

Presidente: Clarissa Freitas Rodrigues de Lima Carvalho

Juizados Especiais - CJE

Presidente: Márcio Luiz Siqueira Campos Pimentel

Justiça Restaurativa - CJR

Presidente: Dinah Maria da Silva Bezerra Germano

Relações Internacionais - CRINT

Presidente: Alessandra Costa Cavalcanti Araújo

Relações Institucionais Militares - CRIM

Presidente: Clóvis da Silva Bastos

Relações Institucionais - CRI

Presidente: Diana Patrícia Lopes Câmara do Espírito Santo

Relações Acadêmicas - CRA

Presidente: Karina Bezerra de Oliveira Duarte

Perícias Forenses - CPF

Presidente: Bruna Cristina dos Santos Veiga

Precatórios Judiciais - CPJ

Presidente: Sérgio Higino Dias dos Santos Neto

Preservação da Memória Histórica e Cultural - CPMHC

Presidente: Henrique Neves Mariano

Privacidade e Proteção de Dados - CPPD

Presidente: Ana Paula Moraes Canto de Lima

Propriedade Intelectual - CPI

Presidente: Marcelo Porto Neves

Processo Eletrônico - CPE

Presidente: Frederico Preuss Duarte

Especial da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil

Presidente: Chiara Michelle Ramos Moura da Silva

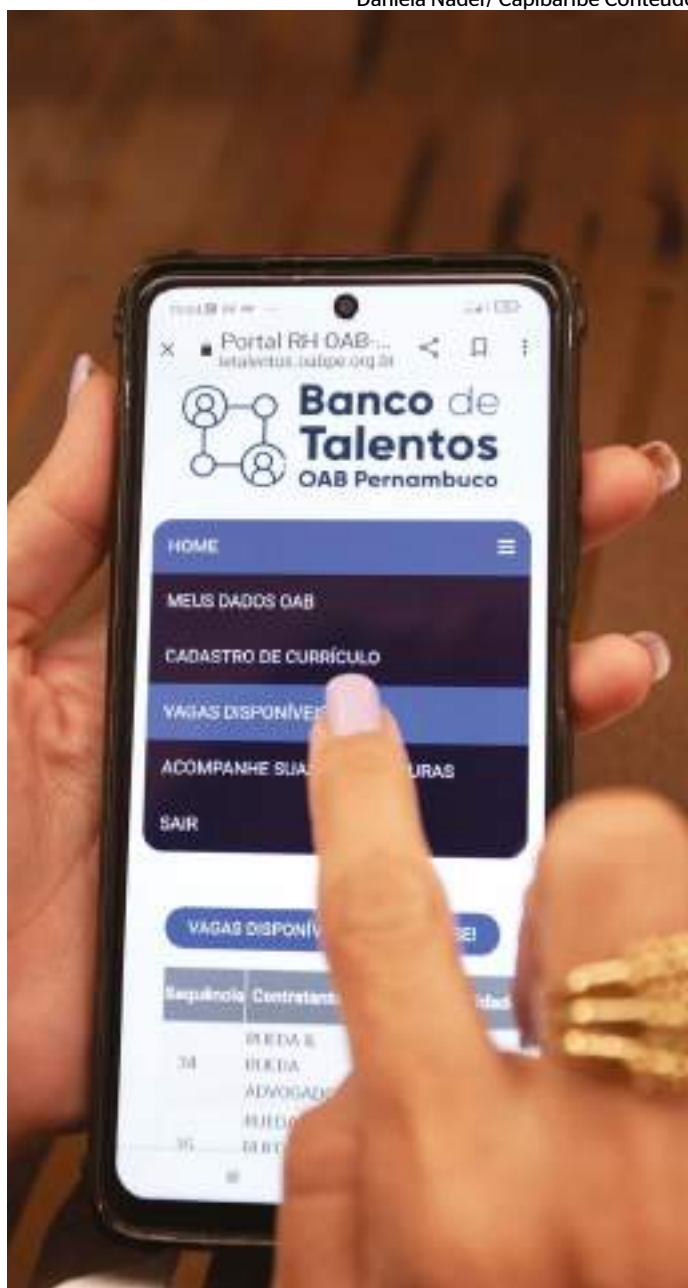
Banco de Talentos

Uma nova ponte entre advogados e escritórios

Daniela Nader/ Capibaribe Conteúdo

Projeto inédito no país disponibiliza plataforma que conecta profissionais

Há quatro anos, a advogada Maria Luiza Cabral enfrentou uma série de dificuldades para encontrar o caminho para ingressar em um escritório de advocacia criminal. “Eu sequer conhecia quais eram os escritórios aqui do Recife que possuíam atuação nessa área. A advocacia criminal era mais restrita do que é hoje e eu não tinha quem me indicasse e, conseqüentemente, possibilitasse a realização do meu sonho”, conta a jovem advogada. Pensan-



O cadastro, que pode ser feito gratuitamente, segue os parâmetros da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

do nos profissionais que, assim como Maria Luiza, gostariam de ter mais facilidade na hora de entrar ou retornar ao mercado de trabalho, a OAB Pernambuco lançou o *Banco de Talentos*, um projeto pioneiro que promete conectar advogados e escritórios.

Por meio da plataforma desenvolvida pela seccional pernambucana, advogados que estão em busca de oportunidades poderão se cadastrar e ter acesso às vagas de escritórios ou empresas que



Lançamento da plataforma aconteceu em 1º de agosto, marcando uma nova fase no mercado de trabalho

“

Os dois lados ganham, e ganha também a sociedade.”

Maria Luiza Cabral, advogada

necessitem de serviços jurídicos também cadastrados. O cadastro, gratuito para ambas as partes, que deverão ser inscritas na OAB, está de acordo com todos os parâmetros da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

“Essa é a grandeza e a importância desse projeto, ao fazer uma ponte mais eficiente entre esses jovens advogados e advogadas e os escritórios que estão buscando contratar colaboradores. Os dois lados ganham, e ganha também

“

É uma verdadeira ponte para que o advogado se coloque no mercado de trabalho.”

Stella Brayner, presidente da CEANA

a sociedade, que poderá contar com um profissional preparado”, comemora Maria Luiza Cabral, que também faz parte da Comissão Especial de Assistência aos Novos Advogados (CEANA).

A presidente da CEANA, Stella Brayner, explica que, além de apresentar aos advogados vagas em escritórios, o *Banco de Talentos* também oferecerá oportunidades aos advogados autônomos. “Com o serviço de correspondência, o banco oportuniza a em-

pregabilidade em todo o interior e até fora do estado. É uma verdadeira ponte para que o advogado se coloque no mercado de trabalho”, ressalta. Com a ferramenta da *Advocacia Correspondente*, o escritório ou profissional de outro estado que esteja com um processo em alguma comarca em Pernambuco poderá acessar um banco com os nomes dos advogados vinculados à OAB-PE.

No lançamento da plataforma, que aconteceu na sede da seccio-

nal, no dia 1º de agosto, com presença maciça de jovens advogados, o presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, reforçou a gratuidade do serviço. “Sabemos que têm plataformas privadas que cobram dos advogados e escritórios para esse serviço. Para despertar o interesse dos escritórios, a plataforma da OAB Pernambuco não terá custos para eles. A grande vantagem será a parceria com a ESA-PE (Escola Superior de Advocacia de Pernambuco), que, com suas constantes capacitações para os advogados inscritos, vai garantir que o colega advogado esteja atualizado na área em que pretende atuar.”

Ainda segundo o presidente da OAB-PE, já está sendo trabalhada uma campanha de comunicação para que escritórios fora de Pernambuco também se cadastrem no *Banco de Talentos*. E, até o fim do ano, a advocacia dativa também será contemplada pela plataforma. “Com o *Banco de Talentos*, a OAB Pernambuco reafirma o seu compromisso com toda a advocacia e com a empregabilidade de cada advogada e advogado.”

Seis candidatos ao Governo participaram dos encontros do Observatório das Eleições 2022

Com o início do período eleitoral deste ano, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco deu início, na primeira quinzena de julho, ao *Observatório das Eleições*, promovendo encontros onde os candidatos ao Governo de Pernambuco puderam expor suas ideias e propostas, reforçando o trabalho da instituição em apoiar a sociedade.

A iniciativa abrangeu seccionais de todo o país, mas Pernambuco foi o primeiro estado a instalar o *Observatório*. Seguindo orientação do presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, “a intenção de implementar esse observatório foi para que tivéssemos o panorama global de todo o processo eleitoral e que pudéssemos estar cada dia mais vigilantes e atentos aquilo que pode vir a ferir a legislação e a democracia”. O presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, destacou que “à Ordem não interessa quem serão os atores políticos, o que interessa é a garantia da cidadania”.

Dessa forma, o *Observatório* acom-

panhou todo o trâmite eleitoral, participou e promoveu debates entre candidatos e advocacia, interagiu com a sociedade civil, apurou denúncias de abuso e trabalhou continuamente no combate às *fake news*. Tudo para garantir, enquanto entidade guardiã

do Estado Democrático de Direito, que o processo eleitoral ocorresse de forma livre, democrática, segura e tranquila.

Coincidentemente, quatro dos principais candidatos ao Governo são advogados de formação. Raquel Lyra abriu os trabalhos do Obser-

vatório, em 11 de julho. “Venho aqui reafirmar o meu compromisso com a sociedade, a advocacia, e com uma entidade tão importante, que trabalha sempre para a construção de um Brasil menos desigual”, disse Raquel, que colocou como prioridade de governo o combate às



Observatório

Espaço para debater futuro do Estado



Fotos: Yacy Ribeiro/ OAB PE

das Eleições

Entidade recebe candidatos ao Governo e participa junto ao TRE e sociedade civil para garantir tranquilidade e liberdade nas eleições

desigualdades e a proteção dos mais vulneráveis.

No dia 19 de julho, o candidato Miguel Coelho classificou a iniciativa como um instrumento essencial para garantir transparência e cumprimento da legislação no período eleitoral. “A OAB-PE tem um papel fundamental

não apenas nas eleições, mas também em parcerias com o Governo. Como advogado, cidadão e liderança política, sempre estarei ao lado da democracia e de instituições que fortaleçam os direitos dos cidadãos”, disse o candidato.

O candidato Danilo Cabral enalteceu o

papel que a instituição cumpre, não apenas na representação profissional, mas enquanto uma importante representação da sociedade civil. “Mais do que nunca, neste momento, nós precisamos estar vigilantes, porque a democracia está sendo atacada sis-

tematicamente. Na condição de pré-candidato a governador, ratifiquei ao presidente da OAB-PE a minha disposição de permanente diálogo”, afirmou Danilo.

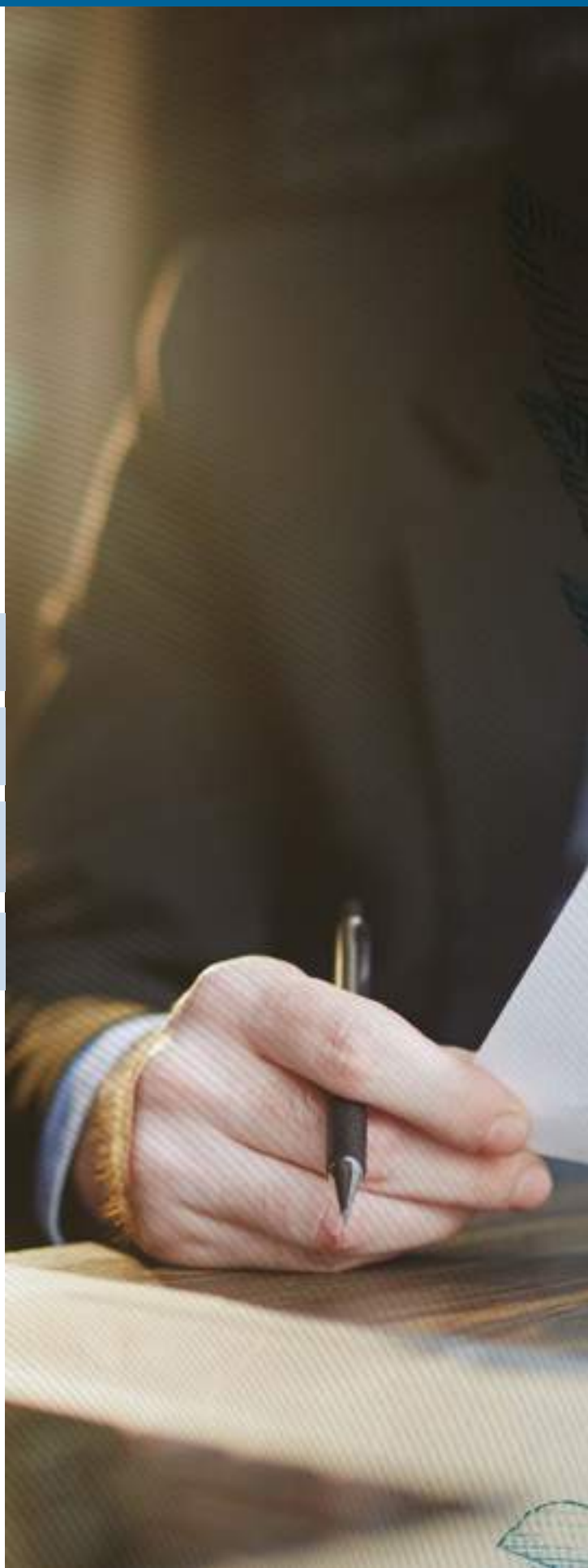
Também advogada, Marília Arraes falou sobre a importância da OAB-PE para o Estado. A Ordem tem mais de 40 mil advogados ativos em Pernambuco. “Essa visita é fundamental para o nosso grupo político. Demonstra que estamos na mesma sintonia que a Ordem”, afirmou Marília. Outros candidatos que participaram do *Observatório* foram João Arnaldo e Jones Manoel.

No dia 2 de outubro, quando aconteceu o primeiro turno das eleições gerais em todo o país e milhares de cidadãos e cidadãs foram às urnas, a seccional funcionou em regime de plantão, das 8h às 18h, dentro do projeto *Observatório*, para garantir o respeito às prerrogativas de advogados e advogadas ao longo do processo de votação. O atendimento aconteceu de forma presencial e também através de central telefônica.

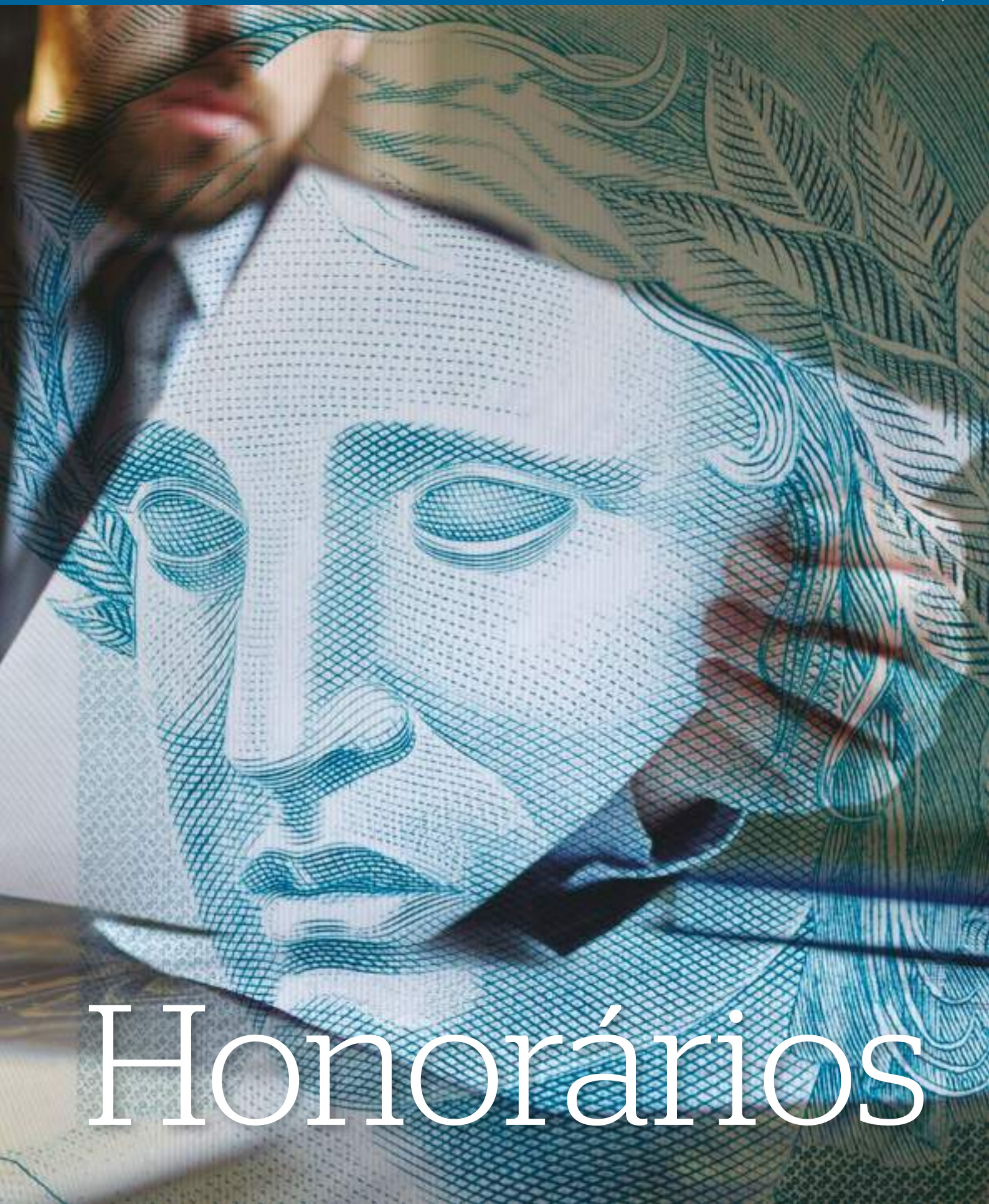
Ações e diálogos promovidos
pela OAB abrem portas
para assegurar os direitos
remuneratórios da advocacia

Na luta por uma remuneração mais justa

O trabalho da advocacia é indispensável à manutenção do Estado Democrático de Direito e, por ocupar um espaço tão essencial na sociedade, o pagamento de honorários justos é prerrogativa que deve ser defendida com afinco por toda a categoria. Para auxiliar nessa defesa, a OAB Pernambuco não tem medido esforços, realizando diversas ações e promovendo debates sobre o tema, principalmente quando se leva em consideração que 50% dos advogados do estado são autônomos e dependem de uma remuneração de acordo com sua atuação.



Arte: Christiano Mascaro sobre foto Pixabay



Honorários

Com o trabalho da Comissão de Honorários Advocatórios (CHA), além de o advogado pernambucano contar com suporte em questões práticas envolvendo pagamentos, toda a advocacia sai ganhando, uma vez que a OAB-PE está sempre ativa em pautas no âmbito nacional que impactam a categoria.

Como primeiro suporte, principalmente ao advogado que ainda

Só este ano já foram registradas mais de trinta reclamações

tem dúvidas em relação a quanto cobrar por seu trabalho, a seccional pernambucana disponibiliza uma tabela de honorários como referência. “A comissão está sempre fazendo a atualização desta tabela, com o acréscimo de novos procedimentos que surgem, agregando o que for necessário e estabelecendo valores de referência”, explica o presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins. “Isso é muito importante pelo fato de que o advogado sobrevive dos honorários, principalmente os advogados autônomos”, completa.

Para afinar ainda mais os valores dispostos, será realizada, ainda neste ano, uma revisão ampla, para a qual foram convidados advogados de outras comissões, que irão apresentar propostas para modernização da tabela da OAB-PE. Também neste segundo semestre de 2022, a Comissão de Honorários Advocatórios irá realizar um evento para tratar de tributação e precificação do trabalho advocatício com consultorias especializadas, deixando ainda mais claro aos advogados como e quanto cobrar, evitando o desprestígio da advocacia e a concorrência desleal.

A OAB-PE também presta assistência em casos em que há o aviltamento de honorários, ou seja, quando os valores estão abaixo do que deveriam ser pagos. “Em casos em que o advogado tem um processo que não é respeitado na fixação dos honorários, a comissão se habilita como assistente para auxiliá-lo a defendê-lo”, ressalta Fernando Ribeiro Lins.

O presidente da Comissão de Honorários Advocatórios, Carlos Dias, conta que, até meados deste ano, foram recebidas mais de 30 solicitações diretas



“*Comissão está sempre atualizando a tabela, agregando o que for necessário e estabelecendo valores de referência.*”

Fernando Ribeiro Lins,
presidente da OAB-PE

envolvendo aviltamento de honorários. “Nesses casos, a comissão analisa a viabilidade de intervenção da OAB-PE, emite um parecer que, quando aprovado, é submetido para autorizar a intervenção. Isso já foi feito em diversos casos, com resultados extremamente favoráveis”, detalha Dias. “Em alguns casos de aviltamento, temos como norte, sempre que possível, o diálogo com o magistrado para alterar o entendimento, o que é muito mais saudável”, acrescenta.

Fotos: Yacy Ribeiro/ OAB PE



Na página anterior, Fernando Ribeiro Lins resalta importância da Comissão de Honorários, sobretudo para profissionais autônomos

Ao lado, presidente da Comissão de Honorários, Carlos Dias, informa que, ainda este ano, será realizada revisão ampla da tabela

Diálogos que abrem caminhos

A constante busca pelo diálogo com o Poder Judiciário tem trazido conquistas significativas para a advocacia. Uma grande vitória em 2022 foi a decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação aos recursos especiais em que a OAB requeria a fixação dos honorários de sucumbência seguindo os critérios do novo Código de Processo Civil (CPC). Com isso, os honorários de causas de valor ele-

vado devem ser fixados de acordo com o valor da causa, e não por equidade, como defendia a Fazenda Pública. O STJ acolheu os recursos da OAB em março deste ano. Na ocasião, o presidente da OAB-PE esteve presente no STJ com o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, para despachar com o ministro presidente, Humberto Martins.

Mesmo com a importante vitória, a advocacia se deparou com mais

um empecilho em relação aos honorários: o surgimento de notícias de que os magistrados não estavam cumprindo o precedente por falta de conhecimento ou resistência. Em vez de devolver os processos às turmas para que fossem reavaliados de acordo com a decisão do STJ, os processos ficaram sobrestados à espera do julgamento do tema de recursos repetitivos 1.076/STJ. “Começamos a receber diversos casos

dessa natureza, um imenso prejuízo à advocacia. Os advogados ficaram esperando por muito tempo para que os casos fossem analisados de acordo com o que o STJ decidiu. Quando ele decidiu favoravelmente, criou-se expectativa sobre casos que estavam retidos fossem adequados à nova orientação e eles teriam ganho de causa”, pontua Carlos Dias.

O advogado Mirtane Barbosa Filho foi

Fernando Ribeiro Lins com o presidente do STJ, ministro Humberto Martins, em dia de vitória da OAB, quando a Justiça decidiu pela fixação dos honorários de sucumbência pelos critérios do novo CPC



um dos prejudicados pela rejeição dos recursos especiais que estavam sobrestados. “Eu fui diretamente atingido por um processo semelhante. Conversei com Carlos Dias e provoquei a Comissão de Honorários. A gente formalizou, por e-mail, e outros advogados com o mesmo problema pediram intervenção da OAB”, conta.

Diante disso, em junho, a OAB-PE se prontificou a buscar, junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), uma forma de reverter a situação e se certificar que a decisão do STJ fosse cumprida. “Conversamos com o juiz auxiliar, Marco Bruno Clementino, que foi muito receptivo. Tivemos

um diálogo franco e transparente e ele se colocou à disposição para ajudar. Em paralelo, conseguimos que fosse emitido um parecer do professor doutor Leonardo Carneiro da Cunha, que norteou o caso, além de levarmos casos concretos de colegas que tinham se submetido a isso”, esclarece Dias.

Para a grata surpresa da seccional pernambucana, à época, o Tribunal mudou sua posição e decidiu reverter todas as decisões dessa natureza sem reanalisar caso a caso. “Foi um caso emblemático da OAB-PE em uma matéria que era nacional. A decisão foi capitaneada por nós, mas teve efeito para diversos estados do Nordeste sob

jurisdição do TRF5”, comemora o presidente da comissão.

Mas, segundo Barbosa Filho, apesar de o TRF5 ter reconhecido o equívoco após intervenção da OAB-PE, no segundo semestre deste ano, os desembargadores continuam sem aplicar a legislação. “Eles não estão adequando e estão enviando o recurso especial para o STJ para que, se assim entender que deve, o STJ adequar”, conta. De acordo com o advogado, a sistemática criada para julgamento das demandas repetitivas, que visa eliminar a perda de tempo e o envio de milhões de processos para o STJ, não está sendo cumprida. “Os processos, se mantido o entendimento atual do TRF, vão subir, e os advogados vão continuar com essa luta por mais algum tempo”, acrescenta.

Após a nova resistência do TRF5, a Comissão de Honorários Advocáticos da OAB-PE tem atuado para assegurar as devidas providências para reverter, mais uma vez, a situação. “Iniciamos um novo estudo e vamos aproveitar a boa relação e as pontes que foram criadas para resolver à base do diálogo e manter o direito já conquistado pelos advogados no âmbito do STJ”, reforça.



Em alguns casos de aviltamento, temos como norte o diálogo com o magistrado.”

Calos Dias, presidente da Comissão de Honorários



OAB-PE tem intensificado esforços para assegurar, diariamente, direitos de advogados e advogadas

Alteração garante destaque

Outra pauta defendida pela OAB Pernambuco é a alteração do Estatuto da Advocacia para que se estenda o direito de destaque dos honorários em processos administrativos. Com isso, o contrato de serviço assinado entre o advogado e o segurado deverá ser anexado ao processo administrativo. O INSS teria ciência do valor dos honorários, calculados com base na tabela da OAB. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

O conselheiro federal e ex-presidente da OAB-PE Bruno Baptista, atual presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB Nacional, esteve à frente das movimentações em defe-

sa do PL. “Este projeto já vinha da gestão passada, com Felipe Santa Cruz. Conseguimos aprovação unânime na Câmara e já seguiu para o Senado. Estamos na expectativa que, após as eleições, ele possa ser apreciado e sancionado pelo presidente, tornando-se lei”, ressalta Baptista.

Ainda segundo ele, caso seja sancionado, será um dos maiores avanços da advocacia previdenciária. “Vai dar mais segurança tanto para o advogado quanto para o cliente, como já acontece na via judicial. Os honorários serão separados e pagos diretamente ao advogado. Com a mudança, fica mais seguro, não tem discussão, não tem debate. Com o contrato já assinado, fica melhor para ambos”, finaliza.

Saiba mais:

Propostas da Comissão de Honorários Advocáticos no Encontro Nacional de Defesa das Prerrogativas, realizado, em maio, em Brasília

- Criação de um grupo de estudos envolvendo todas as seccionais e o CFOAB para tratar, de forma especializada, os honorários. O grupo está sendo criado pelo CFOAB

- Anúncio da criação do Observatório Nacional de Honorários para tratar de possíveis descumprimentos. O CFOAB está alinhando com as seccionais

- Contato com diversas delegações de todos os estados e proposição de criação de grupos de relações interseccionais de honorários, com representantes de todo o país. O objetivo é criar um ambiente de troca de experiências, dúvidas e boas práticas vinculadas aos honorários. A inclusão de membros no grupo está em fase final

- Proposição de destaque de honorários em processos administrativos, análogo ao Projeto de Lei que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados de natureza previdenciária



Fotografe com seu celular o QR-Code acima e acesse a tabela dos honorários

Medalha

Reconhecimento aos decanos da advocacia

De volta a uma solenidade presencial, OAB Pernambuco entrega mais alta honraria da instituição aos advogados e advogadas com 50 anos ou mais de profissão, preservando história e tradição

Um ditado popular na advocacia diz que “advogado não se aposenta, morre”. Uma forma popular de retratar a dedicação do profissional que, até o fim da vida, através do seu conhecimento e experiência, segue fazendo a diferença na sociedade. Em homenagem a esses profissionais longevos, a Ordem dos Advogados de Pernambuco criou, em 1985, a Medalha do Mérito Joaquim Amazonas,

durante a gestão do então presidente Fernando de Vasconcelos Coelho. A instituição da comenda é uma forma de reconhecimento aos advogados e advogadas que contabilizam meio século de atividade profissional de forma ininterrupta, na causa da Justiça e do Direito e sem registros de infrações ético-disciplinares na profissão.

A data da entrega da medalha, 11 de agosto, também marcou as co-

memorações do Dia do Advogado. O presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, destacou a relevância do evento. “É uma satisfação, neste dia, fazer uma homenagem aos nossos colegas, principalmente neste momento tão especial em que a OAB faz 90 anos. Essa é uma das homenagens mais importantes para a advocacia.”

Ribeiro Lins enfatizou, ainda, que os agraciados são pessoas de re-





“

A importância de uma solenidade como essa é de explicitar o valor da tradição na profissão.”

Fotos: Yacy Ribeiro/ OAB PE



Orador da turma, imortal José Paulo Cavancanti Filho fez um discurso emocionado e deixou mensagem para os jovens: “Não esmoreçam e acreditem no futuro”

Ao lado, José Henrique Wanderley Filho destacou toda a trajetória na advocacia

Elaine Freire foi uma das representantes da advocacia feminina

ferência, que sempre se dedicaram à advocacia e que contribuíram com a OAB Pernambuco. “E é dentro dessa linha que fazemos essa homenagem. Que possam continuar contribuindo com a nossa instituição”, assinalou.

A entrega foi acompanhada com emoção e alegria pelos homenageados, que fizeram questão de levar as famílias para dividir e prestigiar esse momento de celebração com os amigos e colegas.

Também estiveram presentes na cerimônia o diretor-tesoureiro da OAB-PE, Carlos Barros; a conselheira federal Ana Bernardo; a presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE), Anne Cabral; o diretor-geral da Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE), Leonardo Moreira; o ouvidor-adjunto da OAB Pernambuco, Ricardo Varjal; e a presidente da OAB Pesqueira, Márcia Almeida. A solenidade foi realizada na

sede da OAB-PE, na rua do Imperador, no centro do Recife.

HISTÓRIA

Orador da turma, o advogado José Paulo Cavalcanti Filho, recém-empossado membro da Academia Brasileira de Letras, fez um discurso emocionado, onde relembrou a própria história na advocacia e remeteu às lembranças e ensinamentos do seu pai, José Paulo

Cavalcanti, em quatro pilares: simplicidade, humildade, atitude e valorização das amizades.

“A importância de uma solenidade como essa é a de explicitar o valor da tradição na profissão. É continuar na profissão depois de 50 anos com a vida reta, que é uma coisa que está se perdendo no Brasil. Hoje, o fato de não ter vida reta está sendo consagrado. Aqui na OAB, não: tem que ser

correto até o fim. Então é privilégio estar junto com a OAB num momento tão relevante para a vida de todos nós que recebemos essa medalha”, discursou o imortal.

Com o olhar para o futuro, o advogado deixou uma mensagem aos jovens que pretendem receber, um dia, reconhecimento na área do Direito. “Não esmoreçam e acreditem no futuro. Tudo pode ficar melhor



Da esquerda para a direita: Sérgio Galvão, José Paulo Cavalcanti, Fernando Ribeiro Lins, Bosco Tenório, José Henrique Wanderley e Eduardo Araújo

Honraria foi criada em 1985, na gestão Fernando de Vasconcelos Coelho



Homenageados de 2022:

Agenor Alves Feitosa
Antônio Marcos Vilar de Carvalho
Carlos Alberto Baião
Celso Muniz de Araujo
Clarissa Meira de Vasconcelos
Cláudio Cesar de Andrade
Dane Maria Oliveira Feltes
Eduardo Gomes de Araujo
Elaine Franca De Souza Freire
Elvira Gomes Falcão
Evandro Borba da Silveira (in memoriam)
Fernando Augusto Sousa De Lisboa
Flares Vasconcelos De Carvalho
Henrique Eugenio De Souza Antunes
João Bosco Tenório Galvão
João Domingos Pessoa Guerra
José Henrique Wanderley Filho
José Otávio Patrício De Carvalho
José Paulo Cavalcanti Filho
Josival Bezerra Barreto
Lourival Francisco De Souza
Marcelo Antônio Brandão Lopes
Marcos Amancio Silva Chaves
Marcos Emanuel Torres De Paiva
Marfisa Cysneiros De Barros
Mauro Ribeiro D'Azevedo Ramos
Murilo Roberto De Moraes Guerra
Paulo Fernando Gamboa da Silva
Paulo Henrique Muniz Maciel
Reginaldo Farias De Castro
Roberto Coutinho De Moura
Tertuliano Antonio Pessoa Maranhão

do que está. O futuro nos espera.”

Outro homenageado, o advogado José Henrique Wanderley Filho destacou que a homenagem é uma forma de valorizar todos os momentos vividos ao longo da trajetória de 50 anos. “A importância da medalha está na homenagem que a OAB presta aos advogados mais antigos e suas experiências ao longo do tempo, como

professores ou através de ensinamentos a estagiários. Afinal, eu também já fui estudante, já fui estagiário de Direito e até hoje fui acumulando esses saberes todos ao longo do tempo. Acho - já me colocando na condição de advogado mais antigo - emocionante receber essa referência, esse reconhecimento pela entidade de classe”, comentou.

José Henrique

frisou que ser advogado não é uma tarefa simples. “Em primeiro lugar, para ser advogado, tem que ter vocação. Se não tiver vocação, certamente deixará no meio do caminho ou não será um bom advogado. Então, o que eu digo para aqueles vocacionados é: estudar e exercer de forma séria a profissão”, destacou o advogado.

A honraria traz a efígie de Joaquim Ignácio

de Almeida Amazonas, um dos fundadores da seccional, primeiro presidente da OAB Pernambuco - de 8 de fevereiro de 1932 a 31 de fevereiro de 1949. Voltou ao cargo mais uma vez, no período de 31 de março a 8 de junho de 1951. O advogado também foi professor e o primeiro reitor da então Faculdade do Recife, atualmente ligada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

OAB Pernambuco é pioneira nas ações de boas práticas de equidade de gênero, raça e diversidade

A equidade de gênero e de raça no Judiciário foi o tema em debate no 1º *Workshop em Boas Práticas de Equidade no Judiciário*, realizado em 12 de agosto, no auditório da OAB Pernambuco, e promovido em parceria com o Comitê Regional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5). O encontro foi coordenado por Ingrid Zanella, vice-presidente da OAB-PE, Renata Berenguer, vice-diretora geral da Escola Superior de Advocacia (ESA-PE), Isabella Lessa, presidente da Comissão da Mulher Advogada, Anne Cabral, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE), e Danielle Freire, coordenadora do Comitê de Representatividade da OAB-PE.

“A OAB Pernambuco é pioneira nas ações de boas práticas de equidade de gênero, raça e diversidade, acredita nesta causa e realiza um trabalho contínuo para incentivo à participação



“É importante que a gente esteja mobilizado, não desista e não aceite nenhuma desigualdade”, destacou Ilana Trombka, diretora-geral do Senado

Boas práticas

***Workshop* debate equidade no Judiciário**

Evento reuniu na sede da OAB Pernambuco representantes nacionais para debater condutas que promovam de forma efetiva a equidade na área, livre de preconceitos



institucional feminina nos cargos de poder”, destacou Ingrid Zanella. Ela lembrou que o Conselho Estadual da OAB-PE definiu que todas as listas sêxtuplas de indicações para o Quinto Constitucional nos tribunais serão compostas 50% por homens e 50% por mulheres, além de 30% do total por pessoas negras. Pernambuco foi a primeira OAB no país, através do Conselho, a tomar a iniciativa, hoje adotada por cinco seccionais no país.

As atividades tiveram início com a apresentação de Ilana Trombka, que desde 2015 é diretora-geral do Senado Federal. Ela tem seu trabalho marcado por ações efetivas pela equidade de gênero e raça, combate e prevenção ao assédio e

luta pela erradicação da violência contra a mulher no cenário público federal, como o *Programa de Assistência a Mulheres* em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica.

“É importante que a gente esteja mobilizado e que a gente não desista e não aceite nenhuma desigualdade. Toda luta contra o preconceito é nossa. Como mulheres vítimas de preconceito que somos, sim, porque a nossa cultura é machista, sim, nós não podemos aceitar nenhum tipo de preconceito, porque para preconceito não existe desculpa”, afirmou Ilana. A diretora-geral do Senado exemplificou algumas situações que passam no nosso dia a dia. “Saibam

que toda vez que a gente silencia, a gente corrobora. Nós não podemos silenciar a uma piada que fale sobre os gays, quando alguém cruzar a rua por ver dois negros andando com medo de ser assaltada. Não podemos silenciar quando na reunião da escola dos filhos de vocês só tiverem mães, não tiverem pais, porque isso também é preconceito”, enfatizou.

Em seguida, a conselheira do Conselho Nacional de Justiça Salise Monteiro Sanchotene explicou sobre o assédio. “Temos o compromisso de provocar o Tribunal para que cada sessão judiciária tenha sua comissão de enfrentamento ao assédio. Nós precisamos que seja uma realidade em todos os tribunais a

existência dessas comissões, o que não existe ainda hoje.” Para Salise, já existem políticas concretas que precisam de uma implementação efetiva. “Para isso estamos enfrentando obstáculos nas instituições parceiras, dentro dos nossos próprios órgãos. Nós precisamos falar sobre esse tema, fazer capacitação e entender que, se nós não nos engajarmos, outros colegas não vão fazer isso por nós. Precisamos estar nessa luta juntas, como disse a Ilana, em parceria, em rede. E eu parabeno este evento que conseguiu congregiar tantas entidades da forma que deve ser tratada: em parceria”, finalizou a conselheira.

Também houve exposição de membros do TRF5, Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), apresentando as boas práticas em equidade adotadas pelos tribunais representados.

Advogados e advogadas se reuniram em Afogados da Ingazeira, em mais um ato de desagravo em favor do respeito absoluto às prerrogativas

Prerrogativas

Mudanças garantem mais proteção à advocacia



Fotografe com seu celular o QR-Code acima e acesse a decisão completa do Senado

Senado aprovou, em maio, projeto de lei que altera Estatuto da Advocacia, atendendo demanda da categoria e inovando a legislação

Pela primeira vez, os advogados de Pernambuco celebraram o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Violação de Prerrogativas. A Lei 17.846 institui o dia 5 de setembro como marco na luta da categoria para exercer livremente a profissão e foi promulgada em ju-

nho deste ano. O projeto de lei, de autoria do deputado Eriberto Medeiros, surgiu a partir de um requerimento entregue pela OAB Pernambuco em janeiro, em mais uma ação da seccional para garantir os direitos de advogados e advogadas.

“Sentimos essa necessidade de dar uma

maior difusão a todas as conquistas e lutas da OAB Pernambuco na defesa intransigente das prerrogativas. A garantia delas não é só para os profissionais da advocacia, mas também para o cidadão, permitindo que o advogado dele possa trabalhar de forma livre”, comemora o presidente da Comissão



Fotos: Yacy Ribeiro/ OAB PE



Defesa de prerrogativas é pauta prioritária na seccional pernambucana



Fotos: Yacy Ribeiro/ OAB PE

Em Belo Jardim, foi reiterado o respeito ao direito de advogados e advogadas exercerem a profissão

de Defesa, Assistência e Prerrogativas (CDAP), Yuri Herculano.

A instituição da data em Pernambuco foi mais um passo dentre tantos outros que a Ordem tem dado em prol do livre exercício da advocacia. No âmbito nacional, uma série de conquistas referentes às prerrogativas veio para fortalecer ainda mais a classe. Em maio deste ano, o Senado aprovou projeto de lei que altera o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994), atendendo às demandas da categoria e inovando a legislação sobre a profissão.

Entre as mudanças, o direito de o representante da OAB intervir em uma ação de busca e



Ordem pode fazer intervenções e impedir que materiais que não digam respeito ao fato investigado sejam apreendidos."

Yuri Herculano,
presidente da CDAP

apreensão quando necessário em favor do advogado cujo escritório está sendo investigado. "Agora, o representante da OAB pode fazer intervenções e impedir que materiais que não digam respeito ao fato investigado sejam apreendidos, por exemplo", explica Herculano. O texto também proíbe a concessão de medida cautelar para busca e apreensão em escritórios de advocacia com base somente em declarações de delação premiada, sem confirmação por outros meios de provas. "Ainda sobre buscas e apreensões, também é prerrogativa do advogado que um representante da OAB esteja presente na abertura

do material apreendido para perícia", acrescenta o presidente da CDAP.

Outra importante conquista com a alteração do Estatuto da Advocacia é a liberação de até 20% dos bens bloqueados de um cliente, por decisão judicial, para pagamento de honorários e reembolsos com gastos de defesa, com exceção de situações que envolvam tráfico de drogas ou exploração de trabalho escravo. Também de acordo com o novo projeto de lei, a violação de direito ou prerrogativa de advogado - como a inviolabilidade do escritório e de comunicação com o cliente - teve sua pena aumentada para dois a quatro anos de detenção.



Fernando Ribeiro
Lins comanda
reunião da *Tribuna
das Prerrogativas* em
Pesqueira

MOBILIZAÇÃO

Para além dos desagravos



*OAB não fica
somente nos
desagravos.
Autoridade
pública
envolvida
vai responder
na esfera
correcional
quando cabível.”*

Carlos Barros,
coordenador estadual
de prerrogativas

Para que o trabalho de defesa da sociedade seja exercido de forma livre, cada vez mais medidas em defesa das prerrogativas da advocacia são consolidadas em Pernambuco. Além do desagravo, procedimento formal importante para registrar o repúdio da classe em relação a uma violação do exercício da profissão, ações correcionais são realizadas, quando necessário, segundo o coordenador estadual do Sistema de Prerrogativas da OAB-PE, Carlos Barros. “Muitos advogados não veem o desagravo como medi-

da correcional e acham que fica só naquilo, mas a OAB não fica somente nos desagravos. Eles são realizados em favor do advogado, mas a autoridade pública envolvida

Medidas em defesa das prerrogativas são consolidadas

vai, efetivamente, responder na esfera correcional quando cabível”, pontua.

A seccional pernambucana também elaborou, em fevereiro

de 2021, uma súmula para que as autoridades e agentes públicos que violarem prerrogativas da advocacia não possam se inscrever nos quadros da OAB-PE. Carlos Barros foi o relator da súmula, juntamente com o conselheiro estadual Gustavo Freire. “A OAB vai fazer com que essas autoridades que preenchem os requisitos de violadores de prerrogativa, posteriormente, sejam impedidos de fazer parte dos quadros porque não têm idoneidade moral para tanto”, justifica o coordenador estadual do Sistema de Prerrogativas.

ASSISTÊNCIA

Ações em PE têm sido constantes

Em Pernambuco, a Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas dos Advogados não mede esforços para atender, diariamente, os advogados que necessitam de assistência. Além de atuar imediatamente por meio do *Disque Prerrogativa* - com plantão de telefone 24 horas em caso de violações -, a comissão também recebe repre-

Disque Prerrogativa atende demandas 24 horas

sentações caso não seja possível intervir no momento em que ocorre um episódio ou se ele já tiver ocorrido. Em 2022, três desagravos foram realizados (Pesqueira, Afogados da Ingazeira e Vitória de Santo Antão) e mais três foram aprovados.

A OAB-PE também mantém seu constante trabalho na defesa do livre exercício da profissão com a *Tribuna das Prerrogativas* que, desde 2019, percorre todo o estado para se aproximar, ainda mais, da advocacia

do interior. “O principal objetivo dessa ação é visitar todas as subseccionais para ouvir a classe sobre demandas, necessidades junto ao Poder Judiciário e a forma de atendimento que ele tem dispensado aos advogados”, relata o presidente da seccional, Fernando Ribeiro Lins. “Também temos demandado, junto aos diretores dos fóruns, que haja a criação de Salas dos Advogados, estabelecida por lei”, acrescenta Lins. Atualmente, Pernambuco conta com mais de 150 salas equipadas, e o advogado pode localizar a mais próxima pelo *site www.oabpe.org.br*.

Neste segundo semestre, a OAB-PE também recebeu, em evento no Mês da Advocacia, o conselheiro federal (OAB-SP) e advogado criminalista Alberto Zacharias Toron. No encontro, que teve como tema *O direito de defesa e o exercício da advocacia*, Toron reforçou para os profissionais pernambucanos a importância do trabalho da categoria. “O número um do exercício da advocacia: não se substitua ao juiz, muito menos



Conselheiro federal Alberto Toron falou sobre o tema em evento realizado durante o Mês da Advocacia

ao acusador. Há outros profissionais pagos pelo Estado para cumprir o papel de julgar e acusar”, afirmou na ocasião, destacando que a sociedade espera que advogados continuem defendendo.

Pelo trabalho em defesa das prerrogativas da advocacia, a OAB-PE recebeu, no dia 22 setembro, homenagem na Câmara dos Vereadores do Recife, proposta pelo parlamentar Samuel Salazar.

Na solenidade, também houve a entrega de medalha a Fernando

Ribeiro Lins, a Carlos Barros e a Yuri Herculano. Ribeiro Lins lembrou, na ocasião, que quase 40 mil advogadas e advogados saem, diariamente, das suas casas e dos seus escritórios em Pernambuco para defender os direitos dos seus clientes, que contam com a coragem, com a disposição e com a independência dos profissionais. Carlos e Yuri reiteraram as palavras do presidente e exaltaram, como missão, a luta incessante pela defesa das prerrogativas.

Educação

Seis universidades recebem *Selo OAB*

Conselho Federal avalia, a cada três anos, cursos de Direito do país para garantir qualidade do ensino

Como forma de contribuir para que os cursos de Direito se adequem ao grau de exigência cobrado nas provas, o Conselho Federal da OAB avalia, a cada três anos, cursos de todo o país. Os que correspondem aos parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos pela Ordem recebem o *Selo OAB Recomenda*.

Nesta sétima edição, seis universidades pernambucanas receberam o selo: UFPE (Recife), UPE (Recife e Arcoverde), FACAP (Petrolina), Unicap (Recife) e Nova Roma (Recife). Para o professor e colheiteiro federal Mozart Borba, o selo é mais um incentivo para as faculdades, principalmente em relação à inclusão das novas disciplinas no Exame. "Hoje, por conta do selo da OAB e da própria imagem sobre o Exame de Ordem, as faculdades

têm sido muito mais atenciosas na preparação do aluno. Há algumas que, nos últimos períodos de Direito, até oferecem cursos específicos ou fazem trabalhos para que o bacharel se prepare para o exame", enfatiza.

O percentual de aprovação de candidatos pernambucanos é de, aproximadamente, 34%, segundo a Comissão de Estágio e Exame de Ordem (CEEEO) da OAB-PE. Só em 2022 foram mais de 10.400 alunos que realizaram a prova no estado. A seccional pernambucana acompanha a realização da seleção, além de dar suporte à banca examinadora e verificar instalações, segurança das provas e lisura dos procedimentos. "Mudanças sempre são pensadas, principalmente porque o Exame de Ordem é a porta de entrada da nossa pro-



Unicap; Faculdade de Direito do Recife; Universidade de Pernambuco (Campus Recife) e Universidade de Pernambuco (Campus Arcoverde) integram lista de instituições contempladas

fissão. É impossível pensar em uma prova estática e que em nada precise ser aperfeiçoada. Dentro de suas competências, a CEEEO trabalha por melhorias nos locais de prova, sendo a mobilidade e a acessibilidade pontos de observação constantes", diz o presidente da comissão, Dhiego de Lavôr.

Ainda de acordo com Lavôr, até o fim do ano, a CEEEO pretende realizar eventos nas subseccionais da Região Metropolitana do Recife em defesa do Exame da Ordem e lançar o canal da Ouvidoria do Exame de Ordem, que será provisório e aberto após a realização das provas.

Livros que tratam de temas relevantes para a categoria foram publicados com o apoio da OAB Pernambuco



Três obras distintas que versam sobre temas relevantes para a advocacia pernambucana foram publicadas com o apoio da OAB Pernambuco. Em agosto, o conselheiro federal e ex-presidente da entidade Bruno Baptista lançou o livro *Em defesa da advocacia: uma gestão em crônicas*. A coletânea é composta por artigos publicados quinzenalmente entre 2019 e 2021 - período em que o autor ficou à frente da presidência da OAB-PE - pelo *Jornal do Commercio*. Nos textos, Bruno relata sua experiência e reflete sobre os muitos desafios que experimentou no período - parte dele vivido no auge da pandemia, em meio às várias implicações e incertezas que a emergência sanitária im-

Lançamento

Literatura advocatícia ganha novas obras

pôs ao mundo.

“A compilação traz um bom panorama de um momento atípico da nossa história, sob a ótica de uma instituição que representa não só a advocacia, mas toda a sociedade civil organizada”, destaca Bruno Baptista. Entre as dezenas de textos, ele lembra que somente em um se permitiu falar de uma vivência

pessoal muito dolorosa: a morte do pai, vitimado pela Covid-19. “Aquela dor misturada com a saudade que sentia (e sinto) não era especial, mas a mesma vivenciada pelos parentes e amigos dos mais de 660 mil brasileiros que perderam a vida nesta pandemia. Não estávamos sós”, reconhece.

Nos demais artigos, porém, o foco foi

relatar os grandes e pequenos passos da gestão da OAB-PE para assegurar que os profissionais do direito em Pernambuco seguissem cumprindo suas funções, embora em uma realidade adversa que exigiu resignação e adaptação. “A advocacia, indispensável que é, não podia parar. E a nossa missão passou a ser essa: tentar garantir a sobre-



Da esquerda para a direita: Vice-presidente da OAB Nacional, Rafael Horn, veio prestigiar noite de autógrafos do conselheiro federal Bruno Baptista

Obra do conselheiro estadual Gustavo Freire destrincha o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil

Nova edição de *Bráulio Lacerda: um advogado visto por juízes e outras testemunhas* foi lançada em setembro

vivência e o exercício da profissão à advocacia, que é a voz constitucional do cidadão”, ressalta o conselheiro federal.

Também no mês de agosto, o conselheiro estadual Gustavo Henrique de Brito Alves Freire lançou, no foyer da OAB-PE, o livro *Comentários, notas e apontamentos à Lei Federal nº 8.906 de 04/07/1994*. A obra destrincha o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB). “A intenção foi conjugar teoria e prática nos diversos assuntos que compõem o Estatuto, desde os requisitos de inscrição, os atos privativos do advogado, as infrações disciplinares, até os diversos fins a que se destina a Ordem, que não é um simples órgão clas-

sista”, descreve o autor.

A renda do livro foi integralmente doada às ações da Escola Superior de Advocacia de Pernambuco como retribuição pelos aprendizados e ensinamentos proporcionados pela instituição. “Certamente, ela me fez um profissional mais qualificado na advocacia, que desempenho, por vocação, há quase 25 anos.”

Já no início de setembro, foi a vez do lançamento de uma nova edição de *Bráulio Lacerda: um advogado visto por juízes e outras testemunhas*. A publicação, de autoria do jornalista Carlos Cavalcante, já falecido, faz um registro da vida e da obra do renomado e saudoso criminalista pernambucano, aclamado por oito vezes com o

título de Advogado do Ano e reconhecido por sua intensa atuação no campo dos direitos humanos, das causas sociais e dos animais. Em plena vigência do AI-5, Bráulio fez uma denúncia à ONU sobre maus tratos praticados no chamado “presídio de Dois Unidos”. Ele também foi, aos 23 anos, o mais jovem presidente no Brasil da Sociedade de Proteção aos Animais.

Os filhos de Bráulio, Bruno e Fernando Lacerda, assinam a revisão e a organização do livro. “O objetivo do relançamento foi o de trazer para as novas gerações um pouco da trajetória de um criminalista que, como descreve Carlos Cavalcante, ‘fez escola como penalista, com um estilo próprio e distinto’”, aponta Bruno.

“Meu pai era conhecido como uma pessoa iluminada, de formação humanista, extremamente correto, simples, gentil e atencioso. Ele jamais perdeu a imensa paixão que cultivava pela vida.”

SERVIÇO:

Em Defesa da Advocacia
Autor: Bruno Baptista
Vendas: no site da Amazon
Valor: R\$ 24,90

Comentários, notas e apontamentos à Lei Federal nº 8.906 de 04/07/1994
Autor: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Vendas: na sede da ESA-PE
Valor: R\$ 70

Bráulio Lacerda: um advogado visto por juízes e outras testemunhas
Autor: Carlos Cavalcante
Vendas: através do telefone (81) 99977-2537
Valor: R\$ 60

Escolha do local de prova foi liberada para os candidatos, mas eles passam a ser mais exigidos com novos temas



Exame da ordem

Novas disciplinas e mais praticidade

Imagine se, além de todos os preparativos para realizar o Exame da Ordem, um bacharel em Direito tivesse que percorrer mais de 200 quilômetros até o local da prova. Esse tipo de desgaste era uma realidade para alguns candidatos de Exu, no Sertão de Pernambuco, que, para realizar o Exame, precisavam se deslocar até Petrolina. Porém, com as alterações aprovadas pelo Conselho Pleno da OAB Nacional

neste ano, eles agora poderão fazer a prova em cidades mais próximas, a exemplo de Juazeiro do Norte, no Ceará, 75 quilômetros distantes da terra de Luiz Gonzaga.

A livre escolha do local de provas no Exame da Ordem foi uma das mudanças com efeito imediato na vida dos futuros advogados. Antes da alteração, eles apenas poderiam participar da seleção no domicílio eleitoral ou no local de conclusão

do curso de graduação. Agora, poderão solicitar a inscrição na seccional onde pretendem trabalhar, mesmo que residam ou tenham concluído a faculdade em outro estado.

“Esta era uma alteração muito esperada e necessária. Os examinandos, sobretudo nas regiões mais remotas do país, que antes precisavam se deslocar por centenas de quilômetros dentro de uma seccional, agora poderão escolher o

polo de realização mais próximo”, comemora o presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem (CEEEO) da OAB Pernambuco, Dhiego de Lavôr.

O professor e conselheiro federal Mozart Borba explica que houve uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) sobre o tema. “O Conselho Federal deliberou sobre isso após a ação, porque, antes, o candidato se vinculava ao local



Na OAB-PE, avaliação é de que as mudanças do Exame da Ordem são positivas

onde concluiu a faculdade e, de certa forma, essa obrigatoriedade, muitas vezes, acabava prejudicando o direito de escolha dele”, explica. “Então imagine que uma pessoa que é do interior do Ceará e veio estudar no Recife e ficar na seccional de Pernambuco, quando a intenção dele, depois de concluir o curso, é voltar para o interior e montar o escritório lá. Essa possibilidade de optar por um estado diverso é uma boa solução e contempla as pessoas que, muitas vezes, estudam em um lugar, mas querem trabalhar em outro”, detalha Borba.

Outra mudança importante no Exame da Ordem foi a inclusão de três novas disciplinas: Direito Eleitoral, Previ-

denciário e Financeiro. As novas matérias serão abordadas a partir do 38º Exame, cujo edital deverá ser lançado em meados de 2023. O número de questões da prova não será alterado (80 atualmente), mas haverá uma redistribuição para abordar as novas áreas do Direito.

A inserção das matérias foi um reflexo da nova base curricular obrigatória do Ministério da Educação (MEC), que agora contempla as três disciplinas. “Particularmente, eu gostei da mudança, principalmente no caso do Direito Previdenciário, uma área que cresceu muito nos últimos anos. Então, questões sobre esse tema são importantes, porque muitos novos advogados vão mi-

litar nessa área”, comenta o professor Mozart Borba.

A professora e conselheira estadual Schamkypou Bezerra conta que a mudança surpreendeu os alunos. “Eles ainda estão um pouco assustados, porque não esperavam mais conteúdo. A prova já vem em um nível difícil, então, a princípio, se assustaram. Mas, aos poucos, vão se adaptando”, pontua. Para ela, as universidades que oferecem o curso de Direito devem estar atentas a essas novas disciplinas do Exame. “As faculdades também têm que proporcionar essas mudanças em sua grade. Muitos alunos não têm acesso a cursinhos nem devem ter essa obrigação. Devem estar no mesmo patamar do Exame”, observa.

“

Antes, o candidato se vinculava ao local onde concluiu a faculdade e isso prejudicava o direito de escolha dele.”

Mozart Borba,
conselheiro federal

A CAAPE ESTÁ AQUI PARA CUIDAR DE VOCÊ.

Conheça a CAAPE



A Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco já nasce, em sua essência, com o propósito de estar ao lado dos advogados, advogadas, estagiários e estagiárias, independente de cor, gênero, idade, orientação sexual ou de qualquer natureza.

Promovemos diariamente benefícios e serviços que contemplam toda a advocacia pernambucana. Confira alguns programas:



1000 convênios



Consultórios CAAPE



Farmácia da Advocacia



Plano Odontológico



Plano de Saúde



Prerrogativamente



Hospeda + CAAPE



Maternidade Legal



 @caape_oab

 CAAPE.OABPE

 www.caape.org.br

 (81) 3223.0902



\ Giro CAAPE



Yacy Ribeiro/ OAB PE

Galeria atualizada e ampliada

A galeria de ex-presidentes da CAAPE está completa e atualizada. Já conta com a foto de Fernando Ribeiro Lins, atual presidente da OAB-PE e que esteve à frente da Caixa de Assistência no triênio 2019-2021. A solenidade, que aconteceu

no dia 17 de agosto, foi comandada pela atual presidente da instituição, Anne Cabral, e prestigiada por toda a diretoria da seccional. Também houve homenagem aos ex-diretores da gestão Fernando.

CONECTIVIDADE

CAAPE tá on

Não tem como não ficar *on* e bem informado sobre tudo o que está acontecendo na CAAPE. É só seguir as redes sociais e ficar atento às novidades e serviços que sempre estão sendo divulgados no site da instituição, o www.caape.org.br. No Insta, é só seguir o perfil [caape_oab](https://www.instagram.com/caape_oab). Também estamos no Facebook ([@CAAPE.Oficial](https://www.facebook.com/CAAPE.Oficial)) e no canal do YouTube, onde você terá acesso a muito conteúdo de qualidade.



Daniela Nader/ Capibaribe Conteúdo.

BENEFÍCIO

Farmácia, um ano de serviços prestados à advocacia

E o tempo voa mesmo. A Farmácia da Advocacia, instalada no 2º andar do prédio sede da OAB-PE, na Rua do Imperador, chega a um ano de funcionamento prestando um importante serviço. Medicamentos podem ser adquiridos com descontos que chegam a 50% por advogadas, advogados e respectivos dependentes. Estagiários e estagiárias inscritos na Ordem também estão na lista de clientes. Que tal economizar?

VAN ODONTOLÓGICA

Veículo circula pelo estado estimulando saúde bucal

Saúde bucal é coisa séria. Você pode cuidar da sua com o apoio da Van Odontológica da CAAPE. Ela circula por todas as subseccionais oferecendo uma série de serviços, como urgências, extração, limpeza, profilaxia e aplicação tópica de flúor. De fevereiro até o início de setembro, a van já circulou em todas as regiões e realizou quase 600 consultas. Os roteiros podem ser conferidos através das redes sociais da instituição.

COMEMORAÇÕES

Caxangá Ágape homenageia cursos jurídicos e OAB-PE

As nove décadas de criação da OAB-PE e os 195 anos da fundação dos cursos jurídicos no Brasil foram celebrados, em agosto, pela Confraria Caxangá Ágape, no Recife. Também foi comemorado, na ocasião, o Dia do Advogado e o Dia do Magistrado. Fernando Ribeiro Lins, presidente da OAB-PE, e Anne Cabral, presidente da CAAPE, integraram a lista de profissionais da advocacia homenageados.



CONCAD 1

Anne Cabral representa NE no Colégio de Presidentes

A diretoria da CAAPE participou na OAB-RN, nos dias 21 e 22 de outubro, do IV Colégio de Presidentes de Caixas de Assistência dos Advogados, promovido pela Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (CONCAD). A coordenação nacional é de Eduardo Athayde Uchôa. Já a presidente da CAAPE, Anne Cabral, é a representante do Nordeste na diretoria.

CONCAD 2

Caixa de Assistência quer parcerias e novos projetos

Como integrante do conselho gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA), Anne Cabral participou da reunião da instituição, no mesmo evento, junto com o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, e o presidente do conselho gestor do FIDA, Felipe Sarmiento. O foco é buscar parcerias e defender pleitos para viabilizar projetos que contemplem cada vez mais usuários da CAAPE.

Saúde mental

CAAPE lançou, em agosto, programa *Prerrogativamente*

Iniciativa oferece apoio psicológico para profissionais da advocacia que tiveram prerrogativas violadas e enfrentam problemas emocionais

No mês de agosto, dedicado à advocacia, a Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE) lançou o programa *Prerrogativamente* em benefício da advocacia pernambucana. A iniciativa vai incrementar o trabalho já realizado pela Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas (CDAP) da OAB-PE. O programa é voltado para dar assistência a advogadas, advogados, estagiárias e estagiários inscritos na OAB-PE que tiveram suas prerrogativas violadas.

A Caixa de Assistência já possui duas redes de apoio: uma para vítimas de violência doméstica e outra para violência de gênero e raça. “Por conta da alta demanda de profissionais da Ordem que procuram a Comissão de Defesa, Assistência e



Alta demanda mostrou necessidade de acolhimento humanitário.”

Anne Cabral,
presidente da CAAPE

Prerrogativas com queixas de violações de suas prerrogativas, vimos a necessidade de criar um projeto assistencial que prestasse esse tipo de apoio e acolhimento humanitário, dando ênfase às tratativas na área da saúde mental e emocional”, explica a presidente da CAAPE, Anne Cabral.

O *Prerrogativa-*

mente chega, portanto, com uma missão importante: oferecer esse suporte social e psicológico aos que sofrerem violações no exercício de suas atividades, disponibilizando atendimento individualizado com profissionais das respectivas áreas.

As advogadas, advogados, estagiárias e estagiários inscritos na OAB-PE que tiveram ou estão tendo suas prerrogativas violadas devem procurar o suporte da CDAP através do canal *Prerrogativas Atende*, disponível e administrado no site da OAB-PE. Em seguida, a CDAP, se necessário, realizará o suporte jurídico para a vítima e, observando a demanda do caso, fará o encaminhamento para que ela seja assistida pelo programa *Prerrogativamente*, de acordo com a triagem de

uma assistente social. O passo seguinte é o encaminhamento para o atendimento psicológico.

O evento de lançamento contou com a presença do presidente e vice-presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins e Ingrid Zanella, da presidente da CAAPE, Anne Cabral, do diretor-tesoureiro e coordenador estadual da CDAP, Carlos Barros. Também participaram o presidente e a vice-presidente da CDAP, Yuri Herculano e Tássia Perruci, e o presidente da Comissão de Direito Penal, José Luiz Galvão Jr. O conselheiro federal (OAB-SP) e advogado criminalista Alberto Zacharias Toron apresentou palestra intitulada *O Direito de Defesa e o exercício da advocacia* para uma atenta plateia no auditório da OAB-PE.



Mais de 500 pessoas participaram do evento. Descontração, música e clima de confraternização marcaram a festa promovida pela CAAPE e pela OAB em dia de comemoração



Fotos: Divulgação OAB-PE

O evento, de cunho social, aconteceu pela primeira vez e reuniu a classe em encontro descontraído e que trouxe expectativa de dias melhores no pós-pandemia

Comemoração

Feijoada 360º celebra Mês da Advocacia e reencontros

Para quem ansiava por momentos de confraternização depois dos tempos difíceis impostos pela pandemia, a Feijoada 360º, promovida pela OAB-PE e a CAAPE, no dia 27 de agosto, no Catamaran

Tours, no Recife, foi uma ótima oportunidade para celebrar. O evento, que tem cunho social, reuniu mais de 500 pessoas e marcou o Mês da Advocacia.

Para a diretora da CAAPE Luana Guarido,

ao receber a missão de produzir a *Feijoada*, o esforço foi concentrado para dar aos advogados e as advogadas um dia que, além de celebrar o Mês da Advocacia, fosse além: “nos lembrasse do privilégio que é es-



tamos juntos, especialmente após o longo período de distanciamento social que vivenciamos”.

Além disso, Luana acredita que momentos festivos como esse são muito importantes para aproximar os profissionais da instituição e, claro, uns dos outros. E o resultado foi sucesso absoluto. “Esgotamos a venda dos ingressos três

dias antes do evento. Lançamos um lote extra, que esgotou em poucos minutos. O sentimento que fica é de gratidão pelo entusiasmo da advocacia pernambucana. Já estamos sendo cobrados pela próxima”, antecipa a diretora, deixando no ar a expectativa sobre a possibilidade de realização de uma nova edição. As atrações mu-

sicais ficaram a cargo de Helton Lima, DJ Magal e Sambarrasta.

O conceito de 360º nasceu com o espírito de representação da classe em todos os pontos de contato durante o evento, desde a formação da roda de samba ao desenho do Catamaran, que foi adaptado para uma experiência circular e participativa de todos.

“

Além de celebrar o Mês da Advocacia, evento lembrou importância de estarmos juntos.”

Luana Guarido,
diretora da CAAPE

A OAB-PE Na PALMA DA SUA MÃO



Agora você tem acesso a uma série de serviços por meio do nosso WhatsApp. **Boris**, o nosso **atendente virtual**, está pronto para te atender.

Adicione o nosso telefone aos seus contatos e fale conosco!
(81) 3424.1012

Protocolo, certidão, marcação para uso do Cooffice, e-Alvarás, serviços do financeiro e muito mais!



Tecnologia e Advocacia 5.0. Esses e outros temas que desafiam profissionais veteranos e estereótipos foram debatidos, no dia 30 de agosto, no *I Empreenday Interior*, promovido pela Subseção Belo Jardim. O evento foi organizado em parceria com a Comissão de Gestão, Empreendedorismo e Inovação (CGEI), da OAB Pernambuco, com o apoio da CAAPE e da ESA-PE.

O evento também levou para os advogados, advogadas e estudantes da região palestras sobre empreendedorismo, inovação e gestão, e apontou caminhos para driblar dificuldades para a iniciação no mercado de trabalho.

A vice-presidente da OAB Pernambuco, Ingrid Zanella, enfocou questões atuais, como tecnologia e advocacia 5.0. Ela destacou, por exemplo, que a advocacia 5.0 já é uma realidade que fortalece e valoriza a advocacia. "Precisamos estar preparados para os desafios e para as oportunidades. Com a tecnologia, nós conseguimos advogar onde quer que estejamos", ressaltou Ingrid, mostrando, ainda, que a tecnologia e a



Presidente da Subseção Belo Jardim, Bruna Galvão recepcionou, entre outros convidados, Ingrid Zanella e Anne Cabral

Empreenday

Qualificação no interior

Tecnologia e advocacia 5.0 foram alguns dos temas abordados durante o encontro em Belo Jardim

advocacia 5.0 também colocam os profissionais diante de novas responsabilidades civis e novos direitos.

Empreender, de acordo com Ingrid Zanella, faz parte do ofício da advocacia. É preciso, segundo ela, descobrir a melhor forma de empreender, gerenciar as próprias atividades e como cobrar. Tudo isso com *compliance*, gestão de pessoas e gestão de riscos. "É preciso saber como usar a tecnologia

em nosso favor como instrumento. Empreender representa tudo isso. Representa o papel da advocacia em uma sociedade que precisa estar atrelada à tecnologia, estudar o futuro e resolver problemas que ainda não existem. Esse é o nosso papel", finalizou Ingrid Zanella.

A CAAPE esteve presente no evento oferecendo os serviços da Van Odontológica, aferição de pressão e massagem relaxante, além de exposição de convênios e parceiros.

Recepcionados pela presidente da Subseção Belo Jardim, Bruna Galvão, estiveram presentes no *I Empreenday Interior* a presidente da CAAPE, Anne Cabral; integrantes da diretoria da OAB Caruaru; o presidente da CGEI da OAB Pernambuco, João Santos Filho, além da diretoria da comissão; o presidente da Comissão de Exame, Estágio e Ordem, Dhiego de Lavôr; e a vice-presidente da Comissão de Direito de Família, Gilmar Leal.

conhecimento que transfo

Programas de Pós-graduação



Direito Tributário e Processo Tributário

Direito Civil e Processo Civil

Direito Penal e Processo Penal

Direito Previdenciário

Direito Registral e Notarial

Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

R\$290,00 mensalidade*

Com a gente, você conquista a sua especialização com o melhor custo-benefício do mercado.

Produtos e serviços para você conquistar o sucesso profissional



Semana da Prática Jurídica**

Um evento mensal que reúne profissionais das mais diversas áreas do Direito.

Maratona ESA**

Um intensivão que todo mês te permite se aprofundar em uma área específica.

ESA na Estrada**

Levamos as nossas formações até você com o nosso programa de interiorização.

Jovem Advocacia em Foco**

Mentorias e formações práticas para estudantes e profissionais em início de carreira.

Meu primeiro Token e Certificação Digital

Adquira os dois com até 50% de desconto com a nossa oferta para jovens advogados.

Tutor PJE

O nosso serviço de assessoramento remoto conta com um time de especialistas que te ajudam com o que você precisar de onde você estiver.



Cashback: investindo em um curso no nosso site, você recebe um percentual para continuar a sua formação com outros produtos e serviços.

Cadastre-se **esape.com.br**

* O desconto é válido para ex-alunos da ESA-PE, do grupo Ser Educacional e jovens advogados (inscritos até 05 anos da OAB). Para o público em geral, o valor das nossas mensalidades é de R\$ 330,00

** Programa permanente.

to
rma



PERNAMBUCO

ESA

\ Sala ESA-PE



Daniela Nader/ Capibaribe Conteúdo

Espaço Instagramável

Wiliane Oliveira e Matheus Mendonça aproveitaram o intervalo no curso para alimentar a rede social com um clique no espaço instagramável da ESA-PE. Já conhece?

QUALIFICAÇÃO

Honorários e precificação

Entrar no mercado de trabalho recém-formado não é fácil. Ainda mais quando você precisa aprender a ter a noção exata do valor do seu papel profissional. Já não é bem assim para quem entrou recentemente na profissão e participou em agosto, na ESA-PE, do evento *Jovem Advocacia em Foco*, que abordou a questão do contrato de honorários e precificação. Veja nas redes sociais os próximos temas.

PRIVACIDADE

Segurança de dados

A Lei Geral de Proteção de Dados entrou, mais uma vez, no foco da ESA-PE e dos profissionais da advocacia. Os dois anos de sua vigência, perspectivas e outras abordagens foram discutidos, em setembro, na segunda edição do congresso que abordou o tema, em evento gratuito e presencial na Sala ESA. A segurança de dados, sobretudo no mundo digital, é, indiscutivelmente, um dos grandes desafios da atualidade.

Cashback

Preços reduzidos

O programa *Cashback* - que reembolsa parte dos investimentos realizados por profissionais da advocacia e estudantes em atividades educativas na ESA-PE- garantiu 50% de desconto na taxa de inscrição a quem tinha crédito e quis participar do *I Congresso Brasileiro de Direito Bancário*. Um evento importante promovido pela OAB Nacional e realizado no Recife, em setembro, com apoio da Seccional Pernambuco e da ESA.

Podcast

Papo com o Diretor

Leonardo Moreira comandou mais uma edição do *podcast Papo com o Diretor*. Depois de Fernando Ribeiro Lins e Ingrid Zanella, chegou a vez da presidente da CAAPE, Anne Cabral, contar as principais ações da instituição, da política de interiorização, das parcerias e de toda a rede de serviços da Caixa de Assistência para atender a advocacia pernambucana. Já disponível no Spotify e no canal do YouTube da ESA.

Divulgação/ESA-PE



INTERIORIZAÇÃO

Atualização jurídica

A política de interiorização de ações e oportunidades para advogadas e advogados segue avançando. A cidade de Pesqueira, no Agreste do estado, foi o local escolhido para sediar, dia 23 de setembro, o *II Seminário de Atualização Jurídica*. Em oportunidades como esta, profissionais e estudantes têm acesso a uma série de informações sobre demandas, mudanças em legislações e principais tendências.

LEITURA

ESA Indica

Que tal uma boa dica de leitura? A ESA indica *Presos que Menstruam*, que traz um relato marcante da vida de mulheres que são tratadas como homens no cárcere. O livro - de autoria da jornalista Nana Queiroz - evidencia relatos que apontam como é difícil para as detentas cuidar do corpo e da higiene básica nas prisões que integram o sistema carcerário brasileiro. Vale muito a informação e a reflexão.

ESA na Estrada



Fotos: Arquivo pessoal

Pauta de eventos ampliada e reforçada nas 26 subseccionais

Projeto lançado há 11 meses instensifica qualificação com cursos, congressos, seminários e pós-graduação, beneficiando a advocacia

A robustez dos números não deixa dúvidas. Lançado com a pretensão de que todos os advogados das 26 subseccionais da OAB-PE tenham a oportunidade de participar de palestras, cursos, seminários, congressos e pós-graduação ofertados pela Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE), o projeto *ESA na Estrada* já comemora marcas importantes menos de um

ano após o lançamento. Em apenas 11 meses, o programa contabiliza 65 eventos conduzidos em todas as regiões de Pernambuco, além da adesão e a aprovação crescente do público.

A concepção do projeto veio do compromisso de interiorizar a atuação da ESA-PE, atendendo a uma demanda de atualização dos advogados residentes fora do Recife cada vez mais

urgente. “O *ESA na Estrada* surgiu para possibilitar que todos os inscritos em cada uma das subseccionais da OAB de Pernambuco tivessem à disposição os mesmos produtos oferecidos pela ESA na capital”, explica o diretor-geral da ESA-PE, Leonardo Moreira. O plano é grande e abrangente. “Nossa missão é capacitar, reciclar e disseminar a inovação no campo jurídico do cais ao Sertão do



Na página anterior: advogado Fábio Queiroz, que foi um dos palestrantes no evento em Petrolina, destaca a importância de levar conhecimento e experiências para várias regiões do estado

Ao lado, Bruna Rafaelly Campos já participou de três eventos e considera o projeto um grande incentivador para jovens advogados que buscam mais qualificação



O projeto é de suma importância para a advocacia pernambucana e para a sociedade."

**Fábio Queiroz,
Advogado**

estado, beneficiando toda a advocacia que, de outra forma, não teria acesso a essas formações", detalha.

Além disso, a proposta também envolve alargar os horizontes da advocacia diante da realidade atual do mercado, com a oferta de cursos que respondem a uma procura crescente na área, como marketing jurídico, empreendedorismo, oratória, planejamento de carreira e prerrogativas da mulher advogada. Outra preocupação é observar as demandas e particularidades de cada cidade e região para a definição dos temas dos eventos. O leque é bastante abrangente e diversificado, abarcando desde direito eleitoral, trabalhista e penal até assuntos mais específicos, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), usucapião,

seguridade social e propriedade intelectual.

Participante de três eventos promovidos pelo *ESA na Estrada* sobre agronegócio, direito eleitoral e marketing jurídico, a advogada Bruna Rafaelly Campos afirma que o projeto é essencial para fortalecer a advocacia pernambucana. "A iniciativa é de suma impor-

Em menos de um ano, programa já promoveu mais de 65 eventos

tância, principalmente para nós, jovens advogados do interior. O *ESA na Estrada* garantiu maior participação e acesso a capacitações profissionais, muitas vezes com palestrantes que antes só veríamos se fôssemos até

o Recife."

Para o advogado Fábio Queiroz, que participou como palestrante de um dos eventos *ESA na Estrada* em Petrolina, realizado em julho, a proposta de levar as formações da ESA para o interior de Pernambuco é de enorme valia. "O projeto é de suma importância para a advocacia pernambucana, e, consequentemente, para a sociedade, pois permite uma troca de conhecimento entre os advogados, levando conhecimento e experiências que são vivenciadas em cada região do nosso estado", analisa.

Fábio compartilhou com os participantes sua sólida experiência com o processo judicial eletrônico. "Pude levar aos advogados de Petrolina e região as questões mais atualizadas sobre

o assunto, com foco no sistema PJe, utilizado vastamente por diversas esferas do Poder Judiciário em Pernambuco e no Brasil." Apesar de ser parte obrigatória na rotina da advocacia e da grande importância do tema, ele, via de regra, não é comumente ensinado nas faculdades de Direito. Isso se transforma em uma lacuna na formação dos advogados, que precisam lidar com os pormenores dos processos digitais na prática.

"Estou certo que o *ESA na Estrada* é um forte canal facilitador para o aprimoramento dos advogados, com diversos temas levados às mãos dos operadores do Direito em cada local de atuação, afastando a obrigatoriedade de deslocamento para a capital", finaliza Fábio Queiroz.



Fotos: Delmiro Campos/ Divulgação

Direito eleitoral

Congresso abordou temas como *fake news* e inelegibilidade

Ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça, foi homenageado e abriu virtualmente o evento

Anos de eleições são sempre dinâmicos e conturbados, especialmente no cenário de um pleito nacional e estadual. Para a população em geral, a época é de pôr em prática o maior dos instrumentos democráticos e os meses de campanha vêm invariavelmente acompanhados de dúvidas e polêmicas. Já no meio jurídico, a magnitude dos impactos de uma eleição ganha dimensões ainda mais complexas. Por isso, para os advogados que atuam na área, a atualização sobre as frequentes inovações legislativas são uma questão vital.

Essa foi apenas uma das preocupações da organização do *Congresso Pernambucano de Direito Eleitoral*, realizado entre os dias 13 e 15 de julho. Para além do aprimoramento dos profissionais que atuam no estado, o evento - promovido pela Escola Superior de Advocacia (ESA-PE), Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - buscou trazer à baila temas controversos e problemas relativos ao pleito que impactam diretamente a sociedade.

Federações partidárias, inelegibilidade,

coligações, financiamentos e gastos de campanha, além, é claro, das *fake news* foram alguns dos temas de destaque do congresso. Durante o evento, que reuniu mais de 35 palestrantes de renome nacional, também foram abordados assuntos como as ferramentas de combate à violência política envolvendo mulheres, contencioso eleitoral no contexto da democracia, mecanismos de enfrentamento à desinformação, condutas vedadas aos agentes públicos e cassações de mandatos.

Ao ser homenageado pelo congresso, o

Na foto ao lado esquerdo: evento foi realizado no período de 13 a 15 de julho, na OAB-PE, e foi considerado um importante marco para o debate do processo democrático em ano de eleições gerais



Para o diretor-geral da ESA-PE, Leonardo Moreira, o foco da programação foi trazer temas práticos e essenciais para quem atua na área

ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Conselho de Administração do STJ e do Conselho da Justiça Federal, fez, virtualmente, a abertura dos trabalhos. Além dele, outros quatro ex-ministros da corte participaram das mesas e discussões. “Os maiores nomes do direito eleitoral prestigiaram o evento, contribuindo para que os operadores jurídicos tivessem conhecimento das novidades na área e dos pontos relevantes para a eleição de 2022”, apontou o procurador do Estado, professor da UFPE e advogado eleitoral Walber Agra, que coordenou o congresso.

Ele observou que, apesar de as *fake news* estarem no centro do debate sobre as campanhas eleitorais há alguns anos, o enfoque jurídico sobre o tema se tornou mais contundente e vem pautando um número crescente de sentenças. “É a



Advogado Delmiro Campos diz que direito eleitoral é um dos alicerces do Estado Democrático de Direito

primeira eleição em que a Justiça Eleitoral analisa as *fake news* de forma mais aguda, inclusive com várias decisões para conter a disseminação de notícias falsas na sociedade”, pontuou.

Para o diretor-geral da ESA-PE, Leonardo Moreira, o foco da programação foi trazer temas práticos e essenciais para quem atua na área. “Buscamos promover debates sobre todas as novidades aplicáveis na prática da advocacia eleitoral, sobretudo as que já seriam



Procurador do Estado, professor da UFPE e advogado eleitoral, Walber Agra coordenou o congresso

aplicadas no pleito de 2022. Também trouxemos palestrantes de todo o Brasil, não só advogados, mas também servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que estão permanentemente em contato com as mudanças e vivenciam no dia a dia as repercussões das alterações na legislação eleitoral”, destacou.

Um dos participantes do congresso, o advogado Delmiro Campos enfatizou a relevância do evento para quem precisa estar em constan-

te atualização. “O direito eleitoral já se consolidou como importante instrumento de fortalecimento do Estado Democrático de Direito e, mais do que isso, como um dos seus alicerces. O congresso conseguiu reunir vozes de todas as regiões do país e apresentou o que há de mais moderno na compreensão e entendimentos sobre a legislação eleitoral. Quem participou do congresso ficou mais preparado para enfrentar as eleições de 2022”, observou.



PRERROGATIVAS ATENDE

**EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS E
CADA VEZ MAIS PERTO DA ADVOCACIA.
EM NOSSO SITE VOCÊ PODE:**

- . Representar em razão de violação de prerrogativas
- . Requerer assistência em razão de violação de prerrogativas

Plantão 24h



(81) 99693.0221
(81) 99987.0401

**Atendimento em
horário comercial**



(81) 99601.6331

MAIS ESPECIALIZAÇÃO

III Congresso Trabalhista reuniu especialistas

Evento abriu oportunidade para muitos profissionais que atuam no Agreste e em outras regiões poderem renovar conhecimentos



Divulgação/OAB Pernambuco

Eduardo Pugliesi tratou de incidente de despersonalização de empresas

Lançar um olhar detalhado e embasado na união inevitável entre o direito trabalhista e as transformações complexas de um mundo que evolui a passos largos, em que técnicas, recursos e ferramentas laborais passam por inovações constantes. Esse foi o tema que norteou o *III Congresso Trabalhista de Pernambuco*, realizado nos dias 25 e 26 de agosto, no auditório do SENAC Caruaru, Agreste pernambucano.

O evento reuniu

nomes de grande reputação no mundo jurídico nacional e regional, um feito incomum para um congresso realizado fora da capital, mas que deve se tornar cada vez mais frequente no estado por conta dos projetos de interiorização de cursos e capacitações organizados pela OAB-PE e pela Escola Superior de Advocacia (ESA-PE).

Na avaliação de Leonardo Camelo, um dos coordenadores do congresso, a iniciativa teve

um resultado excelente. “Tivemos participantes de várias cidades diferentes, com muitos advogados que atuam no entorno. Isso mostra que havia uma demanda grande e que, cada vez mais, a sede por conhecimento por parte deles é a mesma dos advogados da capital. Todos vivenciamos as mesmas carências e angústias.” Para ele, o evento contemplou temas atuais e modernos, com destaque para as relações de trabalho no *meta-verso*, *compliance* e provas

digitais no processo trabalhista.

Muito empolgada com a oportunidade de ir a um congresso de relevância nacional sem precisar se deslocar até o Recife, a advogada Karoline Estrela, de Belo Jardim, sentiu-se contemplada com a oportunidade. “Foi uma experiência incrível. O congresso reuniu palestrantes muito qualificados, que abordaram temáticas atuais e importantes. Foi uma excelente iniciativa e aproximou a OAB-PE dos advogados do interior. Esperamos que esse tipo de evento possa acontecer em todo o estado.”

Para o advogado e diretor-tesoureiro da ESA-PE, Fábio Porto, a adesão ao congresso foi excelente, com mais de 400 inscritos. “Além de ser polo de mais de 30 cidades, Caruaru tem quatro cursos jurídicos e conta com uma ótima estrutura. A proximidade do Recife atraiu um público considerável da capital.” Ele destacou as palestras proferidas pelo desembargador do TRT6 Eduardo Pugliesi, sobre incidente de despersonalização de empresas, e pelo juiz do trabalho Fabiano Coelho, que destrinchou as provas virtuais colhidas por aplicativos de mensagens, redes sociais e até geolocalização do contexto de ações trabalhistas.

expediente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL PERNAMBUCO - OAB-PE

Presidente: Fernando Ribeiro Lins
 Vice-presidente: Ingrid Zanella
 Secretário-geral: Ivo Tinô Amaral Jr.
 Secretária-geral adjunta: Manoela Alves
 Tesoureiro: Carlos Barros
 Tesoureira adjunta: Taciana Magalhães

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO - CAAPE

Presidente: Anne Cabral
 Vice-presidente: Maximiano Maciel
 Secretária-geral: Juliane Lima
 Secretário-geral adjunto: Leomilton Guimarães
 Tesoureiro: Diogo Ramos
 Diretor suplente: Dyego Patryck
 Diretora suplente: Luana Guarino
 Diretora suplente: Patrícia Oliveira
 Diretor suplente: Saulo Lustosa

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE PERNAMBUCO - ESA-PE

Diretor-geral: Leonardo Moreira
 Vice-diretora geral: Renata Berenguer
 Secretária-geral: Ana Paula Azevedo
 Secretário-geral adjunto: Alexandre Vasconcelos
 Tesoureiro: Fábio Porto
 Diretor de Eventos: Bruno Paiva
 Diretora de Publicações: Doris Castelo Branco
 Diretora Acadêmica: Ingrid Almeida
 Diretor de Intercâmbios: Francisco Muniz
 Diretora de Interiorização: Gabriela Reis
 Diretora da Jovem Advocacia: Marina Lisboa
 Diretor de Inovação: Pedro Silveira

CONSELHEIROS FEDERAIS

Adriana Caribé Bezerra Cavalcanti
 Ana Lúcia Bernardo de Almeida Nascimento
 Bruno de Albuquerque Baptista
 Mozart Borba Neves Filho
 Ronnie Preuss Duarte
 Yanne Katt Teles Rodrigues

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Adriana Almeida Calado
 Alexandre Torres Silva
 Ana Luiza Duarte Pires De Castro
 Ana Paula Francisca da Silva
 Andrea Feitosa Pereira Maranhão
 Andressa Myrian do Amaral Araújo
 Antônio Celestino da Silva Neto
 Antônio Farias de Freitas Neto
 Augusto Cesar de Freitas Ramos
 Áurea Maria Nunes Machado Farias
 Camila de Albuquerque Oliveira
 Carina Cavalcanti de Moraes
 Carina Laís Silva Acioly
 Carlos Soares Sant´anna
 Carlúcia de Souza Barbosa
 Catarina Almeida de Oliveira
 Chiara Michelle Ramos Moura da Silva
 Cláudia Adriana de Alcântara Batista Da Silva
 Débora Vanessa Gonçalves Batista
 Dhiego Lavôr Santos
 Eduardo Silva de Araújo
 Elaine Alves Silva de Santana
 Emanuelle Ferreira Rocha Shinozaki
 Estefferson Darley Fernandes Nogueira
 Fábio Francisco Cordeiro Milhomens
 Feliciano Lyra Moura
 Felipe Augusto Sampaio Barbosa
 Flávia Maria Pessoa Guerra
 Francisco Ludgero Neto
 Frederico José de Matos Carvalho
 Gustavo Carvalho Borges dos Santos
 Gustavo Henrique de Brito Alves

Freire
 Helena Rocha Coutinho de Castro
 Henrique Buriel Weber
 Ielva Pryscylla Ferreira de Melo
 Isabela Lessa de Azevedo Pinto Ribeiro
 Isabelita Alves Fradique
 João Marcelo Pereira Cavalcanti Neves
 João Maurício de Assis Rocha Filho
 José Diógenes César de Souza Junior
 José Florentino Toscano Filho
 José Maria Silva
 José Nelson Vilela Barbosa Filho
 Juliana Lima Ferreira
 Júlio Cesar Araújo Monte
 Leonardo Azevedo Saraiva
 Leonardo Camello de Barros
 Leonardo Sales de Aguiar
 Marcia da Silva Santos
 Marcondes Rubens Martins de Oliveira
 Marcus Vinícius Alencar Sampaio
 Maria das Graças Wanderley de Siqueira Neta
 Maria Goretti Soares Mendes
 Maria Helena Urbano Ribemboim
 Maria Paula Latache Ribeiro de Vasconcelos
 Maria Tereza Mazoco Times
 Marina Acioli Roma
 Maurício Bezerra Alves Filho
 Nair Andrade dos Santos
 Nathalia Silva de Freitas Fernandes
 Patrícia Barbosa Leão
 Paulo Artur dos Anjos Monteiro da Silva
 Rafael de Lima Ramos
 Ricardo André Bandeira Marques
 Sabrina Patrícia Lima Santos
 Sarah Bastos de Oliveira Feitosa
 Saulo de Tarso Gomes Amazonas
 Schamkpou Bernardo Bezerra
 Sergio da Silva Pessoa
 Shirlene Roberta Da Hora Silva
 Silvana Maria Duarte Alves de Souza

Simone Campos Aragão
Sócrates Vieira Chaves
Soraya Vieira Nunes
Wdson Pyerre Soares Silva
Wilgberto Paim dos Reis Junior
Yuri Azevedo Herculano

MEMBROS HONORÁRIOS VITALÍCIOS

Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Ademar Rigueira Neto
Júlio Alcino de Oliveira Neto
Jayme Jemil Asfora Filho
Henrique Neves Mariano
Pedro Henrique Reynaldo Alves
Ronnie Preuss Duarte
Bruno de Albuquerque Baptista

MEMBRO HONORÁRIO

Gustavo Henrique Vasconcelos
Ventura - presidente do IAP

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA - TED-PE

Turma Deontológica

Presidente: José Nelson Vilela
Barbosa Filho
1º Vice-presidente: Jânio de Barros
Carvalho
2ª Vice-presidente: Danielle Freire
Rodrigues Pereira
Secretário-geral: Gustavo Henrique
de Brito Alves Freire
Secretária-geral Adjunta: Renata
Berenguer de Queiroz
Membra julgadora: Catarina
Almeida de Oliveira
Membra julgadora: Pollyana Tenório
Veríssimo de Queiroz Amaral
Membra julgadora: Renata Sonoda
Pimentel
Membra julgadora: Silvana Ribeiro e
Fonseca

Membro julgador: João Olímpio
Valença de Mendonça
Membro julgador: Mauricio Bezerra
Alves Filho
Membro julgador: Saulo de Tarso
Gomes Amazonas

Comissão de Admissibilidade

Coordenador: Saulo de Tarso Gomes
Amazonas
Membro: Adriano José Gomes
Membro: Ana Luíza Duarte Pires de
Castro
Membro: Antonio Faria de Freitas
Neto
Membro: Carlo Giovanni Simoni
Filho
Membro: Claudia Adriana de
Alcântara Batista da Silva
Membro: Felipe Augusto Sampaio
Barbosa
Membro: Fernanda Jordão de Brito
Membro: Flaviana Beserra Pacheco
Membro: Josembergues Clarisval de
Souza Melo
Membro: Paulo Rodrigo Lopes de
Oliveira
Membro: Rafael Alex da Silva Torres

1ª Turma do TED

Presidente: José Nelson Vilela
Barbosa Filho
Secretária: Anne Karine Guimarães
de Souto Maior Melo
Membro julgador: Gustavo Luís
Lapa Silva
Membro julgador: Raphael
Nascimento Costa
Membra julgadora: Thamyres Cunha
Melo Silva
Membra julgadora: Simony Braga
Miranda Nogueira
Membra julgadora: Simone Pelinca
Pereira Pugliesi

2ª Turma do TED

Presidente: Janio de Barros Carvalho
Secretária: Danielle Cristina de
Lacerda Farias Janguê
Membra julgadora: Caroline Bessa
do Martorelli
Membro julgador: Dija Oni Gama de
Oliveira
Membra julgadora: Juliane de Lima
Barros
Membro julgador: Gilberto de Souza
Costa
Membro julgador: Ivaldo Luna
Calado Júnior

3ª Turma do TED

Presidente: Danielle Freire
Rodrigues Pereira
Secretário: Cleodon Fonseca
Membra julgadora: Ana de Andrade
Vasconcelos Negrelli
Membro julgador: Thiago Gonçalves
Siebra
Membra julgadora: Vanessa de
Castro Vianna
Membra julgadora: Ana Paula de
Arruda Costa
Membra julgadora: Marília Ferreira
Silva Velozo

4ª Turma do TED

Presidente: Gustavo Henrique de
Brito Alves Freire
Secretária: Pollyana Tenório
Veríssimo de Queiroz Amaral
Membra julgadora: Agueda Fabiana
de Almeida Valença
Membro julgador: Cezar Jorge de
Souza Cabral
Membra julgadora: Ingrid Rafaelle
Machado Beltrão
Membro julgador: Berttonny Wasley
Silva Vasconcelos
Membro julgador: Luiz Antônio da
Silva

5ª Turma do TED

expediente

Presidente: Renata Berenguer de Queiroz

Secretário: Daniel Lima Araújo

Membra julgadora: Ada Priscilla Costa Benevides

Membro julgador: Milton Cunha Neto

Membra julgadora: Patrícia Osório Caciquinho Carneiro Lyra

Membra julgadora: Azenath Paula da Silva

Membro julgador: Deocleciano Otávio de Oliveira Neto

6ª Turma do TED

Presidente: Maurício Bezerra Alves Filho

Secretária: Renata Sonoda Pimentel

Membra julgadora: Giselle Hoover Silveira

Membro julgador: Roger William Heuer Holanda

Membro julgador: Plínio Leite Nunes

Membra julgadora: Nidreyjeane Gomes Magalhães

Membra julgadora: Renata Tattiane Rodrigues de Siqueira Veras

7ª Turma do TED

Presidente: Catarina Almeida de Oliveira

Secretário: Breno Wanderley de Paiva

Membro julgador: Leonardo Moser da Silva

Membra julgadora: Maria Amélia Giovannini Calado

Membro julgador: João Carlos Fonseca dos Santos Filho

Membro julgador: Paulo Rafael de Lucena Ferreira

8ª Turma do TED

Presidente: Paulo César Andrade Siqueira

Secretária: Schamkypou Bernardo

Bezerra

Membro julgador: Henrique Buriel Weber

Membra julgadora: Karenina Diniz Moreno

Membra julgadora: Maria Emília Miranda de Oliveira Queiroz

Membro julgador: Danilo Gomes de Melo

Membra julgadora: Alexsandra Iris de Melo Soares

9ª Turma do TED

Presidente: Silvana Ribeiro e Fonseca

Secretário: André Granja Ferreira

Membro julgador: Guilherme Jorge Alves de Barros

Membra julgadora: Luana Maria Soares de Oliveira

Membra julgadora: Maria do Socorro Carvalho Alves de Araújo

Membra julgadora: Aline Coutinho Ferreira

Membro julgador: Ulisses Narcizo Dornelas de Souza Júnior

10ª Turma do TED

Presidente: João Olímpio Valença de Mendonça

Membra julgadora: Anna Flávia

Loureiro Cavalcanti Batista

Membro julgador: Frederico Cal Muinhos

Membro julgador: Marcio Luis Siqueira Campos Pimentel

Membra julgadora: Luciana Godoy de Melo Mota

Membra julgadora: Priscilla Kelly Jordão do Ó

OUIDORIA

Ouvidora-geral: Maria Catarina

Barreto de Almeida Vasconcelos

Ouvidor adjunto: Ricardo Rabêllo

Varjal Carneiro Leão

Ouvidora adjunta: Amanda Ruana

Lima Botelho

CORREGEDORIA

Corregedor-seccional do Processo Disciplinar: Saulo de Tarso Gomes Amazonas

Corregedora-adjunta: Maria Angélica Vilanova de Albuquerque

Corregedores Auxiliares:

Andressa Myrian do Amaral Araújo

Ana Paula Francisca da Silva

Brenno Henrique de Oliveira Ribas

João Marcelo P.Cavalcanti Neves

José Valdir da Silva

Manuela dos Santos Soares Lira

Marcelo Augusto Leal de Farias

Paulo Artur dos Anjos Monteiro da Silva

Wdson Pyyerre Soares Silva

COMUNICAÇÃO OAB-PE

Gerente de comunicação: Liniker Xavier

Reportagem: Carol Moura, Karla Oliveira e Natália Wanderley

Fotografia: Yacy Ribeiro

Design: Bruno Dantas

CAPIBARIBE CONTEÚDO

Edição: Catarina Lucrécia Araújo e Márcio Markman

Reportagens: Anna Thiago, Denise Villar e Juliana Aragão

Edição de fotografia: Daniela Nader

Projeto gráfico e diagramação:

Christiano Mascaro

Revisão: Tatiana Nascimento

DO CAIS AO SERTÃO
VOCÊ PODE CONTAR COM A
SALA DA ADVOCACIA
DA **OAB PERNAMBUCO**

Dispomos de mais de **150 salas** equipadas com computadores, acesso à internet, scanners e toda infraestrutura para que você possa exercer a advocacia.

Acesse **www.oabpe.org.br** e localize a sala mais perto de você.



PROGRAMA ESPECIAL

ANUIDADE

em Dia ✓

**Termine 2022 em dia com
a OAB Pernambuco**

DESCONTOS DE ATÉ 100% NOS JUROS.

**Condições especiais de parcelamento.
Confira em nosso site!**

